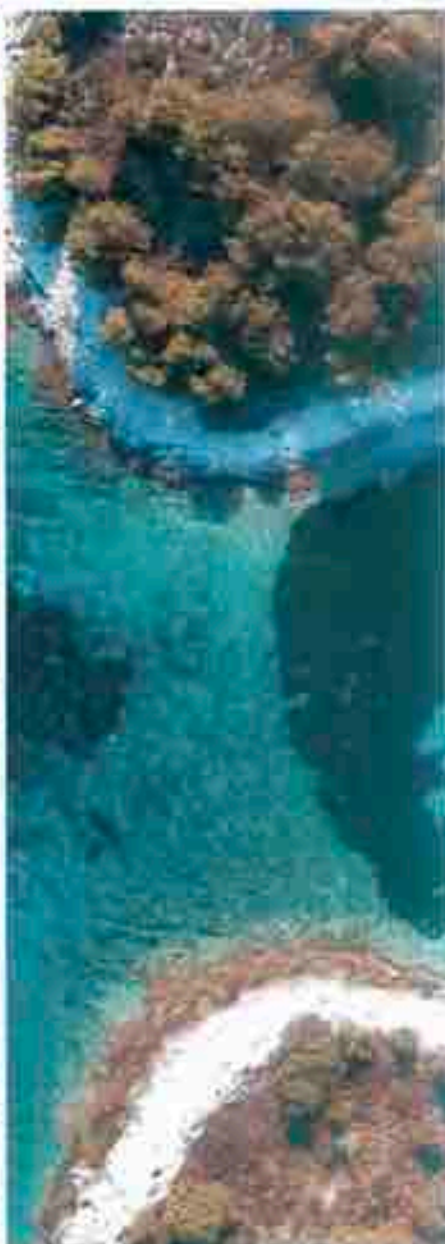
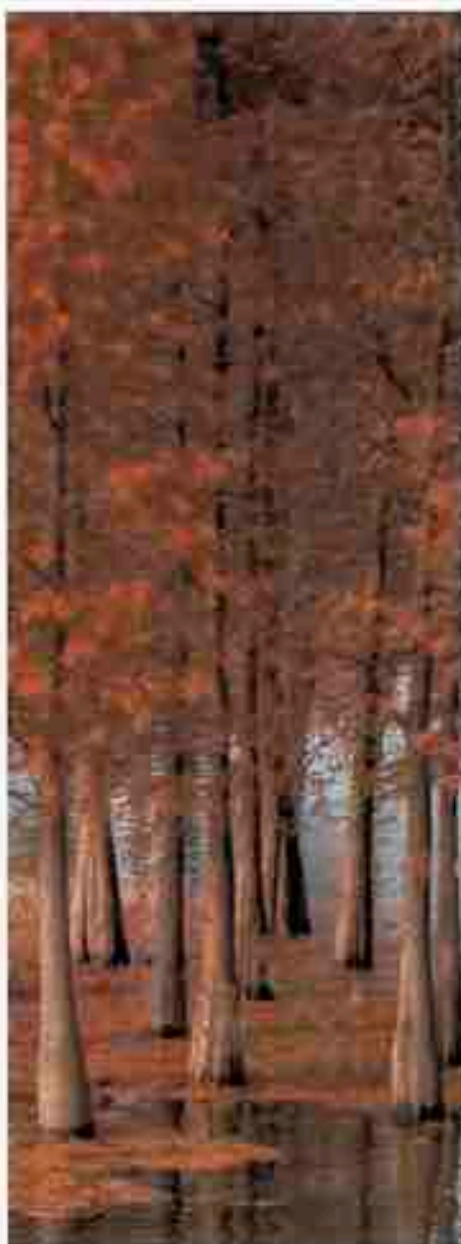


**Fundo de Pensões**  
**Banco Santander Totta**

# Relatório e Contas 2025



Relatório & Contas

# 2025

Fundo de Pensões  
Banco Santander Totta

# Índice

1. Relatório de Gestão	4
1.1. Enquadramento macroeconómico	4
1.2. Principais alterações em 2023	15
1.3. Política de investimento	15
1.4. Divulgação de informações relacionadas com a sustentabilidade no setor dos serviços financeiros (sldr)	17
1.5. Benchmark	17
1.6. Evolução dos riscos materiais a que o fundo se encontra exposto	17
1.7. Performance	19
1.8. Evolução dos ativos sob gestão	20
1.9. Valor da quota-parte do fundo afeta	20
1.10. Valor atual das responsabilidades passadas dos subfundos benefício definido	20
1.11. Nível de cobertura das responsabilidades passadas	20
1.12. Política de voto	21
2. Demonstração da posição financeira do fundo de pensões banco santander totta referente ao período findo a 31 de dezembro 2025	22
3. Demonstração dos resultados do fundo de pensões banco santander totta referente ao período findo em 31 de dezembro de 2025	26
4. Demonstração dos fluxos de caixa do fundo de pensões banco santander totta referente ao período findo em 31 de dezembro de 2025	28
5. Divulgações às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024	32
6. Certificação legal das contas	61

## 1. Relatório de Gestão

### 1.1. Enquadramento Macroeconómico

#### **Economia Internacional**

Em 2025, a economia mundial manteve um ritmo de crescimento moderado e relativamente estável, apesar de um contexto geopolítico e comercial mais fragmentado e de uma transição gradual para condições monetárias menos restritivas.

Em linha com as promessas eleitorais em matéria de política comercial e tarifal aduaneiras, a 2 de abril de 2025 o Presidente Trump anunciou as "Tarifas Recíprocas", aplicáveis aos principais parceiros comerciais, com efeitos a partir da semana seguinte (9 de abril).

As exportações dos diferentes países e blocos comerciais passaram a ficar sujeitas a tarifas aduaneiras entre 10% (Reino Unido), 20% (União Europeia) e 37% (China), podendo alguns parceiros de menor dimensão enfrentar tarifas próximas de 50%.

A instabilidade gerada pelo anúncio - com forte perturbação nos principais mercados financeiros - levou ao adiamento das tarifas por um período de 90 dias, prazo que foi sucessivamente prorrogado até 1 de agosto, para permitir a negociação de acordos comerciais.

Adicionalmente, manteve-se a possibilidade de aplicação de tarifas adicionais a produtos específicos, como o aço e o alumínio, ou a produtos farmacêuticos.

Entretanto, foram alcançados acordos com o Reino Unido (tarifa de 10%), com a União Europeia (15%, abrangendo cerca de 70% dos bens exportados, incluindo automóveis e produtos farmacêuticos) e um acordo parcial com a China.

Ainda assim, em fevereiro de 2026, o Supremo Tribunal dos EUA declarou ilegais as tarifas impostas ao abrigo da IEEPA. Em resposta, a Administração anunciou novas tarifas (ao abrigo da Secção 122) de 15% e reavaliou a utilização de medidas adicionais.

Apesar deste contexto, o FMI, na atualização de janeiro de 2026 do World Economic Outlook, estimou que o PIB mundial terá crescido 3,3% em 2025 (o mesmo ritmo de 2024), refletindo resiliência face aos novos choques associados à alteração da política comercial dos EUA.

A economia global pode, assim, ser descrita como "estável, mas frágil": a desinflação prosseguiu, as condições financeiras melhoraram e o investimento associado à digitalização e à inteligência artificial (IA) ganhou peso; em contrapartida, a incerteza de política económica permaneceu elevada e as barreiras ao comércio aumentaram, condicionando o investimento e o comércio internacional.

A divergência entre economias avançadas e emergentes manteve-se em 2025. O FMI estima um crescimento de 1,7% nas economias avançadas, contrastando com 4,4% nas economias emergentes e em desenvolvimento. A Ásia emergente permaneceu o principal motor do crescimento global, embora sem recuperar os ritmos observados antes da pandemia.

Num contexto de crescimento moderado, a composição da atividade ganhou relevância: a procura interna manteve-se resiliente em várias economias, enquanto o comércio mundial beneficiou de nichos específicos (tecnologia/IA) que compensaram a perda de dinamismo noutros bens.

O volume do comércio mundial de bens e serviços aumentou 4,1% em 2025, de acordo com as estimativas do FMI, refletindo um ano de recuperação face a 2024. No primeiro semestre de 2025, o comércio foi suportado por um forte dinamismo do setor

tecnológico, com os fluxos de bens "AI-enabling" (habilitadores de IA) a contribuírem de forma expressiva para o crescimento do comércio; no 2.º trimestre de 2025.

De igual modo, parte do dinamismo do comércio no início de 2025 refletiu a antecipação ("front-loading") de transações, perante as expectativas de aumento de tarifas. Este efeito temporário sustentou a atividade no curto prazo, mas elevou os riscos de arrefecimento subsequente, à medida que essa antecipação se for dissipando.

<b>Crescimento Económico Mundial</b>			
	2024	2025E	2026F
<b>Mundo</b>	<b>3,3</b>	<b>3,3</b>	<b>3,3</b>
<b>Países Avançados</b>	<b>1,8</b>	<b>1,7</b>	<b>1,8</b>
EUA	2,8	2,1	2,4
UEM	2,8	1,4	1,3
Reino Unido	1,5	1,6	1,3
Japão	2,2	1,3	2,7
<b>Países em Desenvolvimento</b>	<b>4,3</b>	<b>4,4</b>	<b>4,7</b>
África	4,1	4,4	4,6
Ásia	4,2	5,4	5,0
Oceania	3,0	3,0	4,5
Europa do Leste	3,1	2,0	2,3
Médio Oriente	2,7	2,7	2,8
Intercaucásio	2,4	2,4	2,2
Brasil	3,4	2,5	1,8

Fonte: Fitch (junho de 2024)

Para além do crescimento agregado, 2025 foi marcado por alterações na composição da procura e por sinais de "normalização" pós-pandemia: abrandamento progressivo do consumo suportado pelo excesso de poupança em algumas economias, maior seletividade do investimento e reequilíbrio gradual entre bens e serviços.

Este padrão é consistente com um ciclo de investimento em infraestruturas digitais e capacidade computacional, visível na procura por semicondutores, hardware e serviços associados, com efeitos relevantes sobre exportações na Ásia e sobre o investimento em economias como os Estados Unidos.

A inflação global manteve uma trajetória descendente, mas com desaceleração mais lenta do que em 2023-24, para cerca de 4,1% (5,8% em 2024); 2,5% nas economias avançadas (convergindo para perto dos objetivos dos bancos centrais) e 5,2% nas economias emergentes e em desenvolvimento.

A desinflação em 2025 foi apoiada pelo arrefecimento dos preços da energia, pela normalização das cadeias de abastecimento e por condições monetárias ainda restritivas em parte do ano. Ao mesmo tempo, a inflação subjacente (em especial em serviços) manteve alguma persistência, refletindo pressões salariais e rigidez em componentes menos transacionáveis.

**Os EUA mantiveram, em 2025, um desempenho superior ao da maioria das economias avançadas, com o PIB a crescer 2,1% desacelerando face a 2,8% em 2024, mas ainda consistente com uma procura interna resiliente.**

O consumo privado continuou a ser a componente com maior contributo para o crescimento, embora as famílias tenham evidenciado preocupação com o custo de vida e com expectativas de inflação ainda elevadas, em particular devido à persistência da inflação subjacente.

Em 2025, a inflação desacelerou mais lentamente, para 2,7%, evolução sobretudo explicada pela componente subjacente (que exclui alimentação e energia), que se manteve em 2,6%, acima do objetivo da Reserva Federal.

No mercado de trabalho, as estimativas de criação de emprego foram sucessivamente revistas em baixa; a taxa de desemprego situou-se em torno de 4,5%, sem impedir que os salários continuassem a crescer acima da inflação (cerca de 3,7%).

O investimento beneficiou do foco em infraestruturas digitais e na adoção da IA, com a construção de centros de dados a assumir já um peso relevante no investimento em construção não residencial.

A Reserva Federal prosseguiu uma política de alívio gradual, com uma redução muito moderada das taxas de juro de referência. Apesar da pressão da Administração Trump para uma atuação mais rápida, reduziu a taxa dos Fed funds por três vezes, num total de 75 pb, para 3,50%-3,75%. Por outro lado, suspendeu o programa de redução do balanço (quantitative tightening), depois de ter começado por abrandar o ritmo de contração.

**Na China**, o PIB terá crescido cerca de 5%, em linha com o observado no ano anterior, embora beneficiando também de fatores temporários, nomeadamente da antecipação de exportações para os EUA, preventivamente à imposição de tarifas, que compensaram os efeitos associados à continuidade do ajustamento no imobiliário e à dissipação de estímulos orçamentais.

A **Índia** destacou-se, com crescimento estimado de 7,3% em 2025, confirmando a manutenção de um diferencial positivo face a outras grandes economias. Este desempenho ajuda a explicar a contribuição persistente da Ásia para o crescimento mundial.

**No Japão**, o PIB terá crescido 1,1% em 2025, após um desempenho fraco em 2024 (-0,2%), numa recuperação moderada ainda condicionada por fatores demográficos, pela estrutura produtiva e pela dinâmica de preços. A inflação manteve-se acima de 2%, tanto no índice geral (2,1%) como no subjacente (2,4%). Neste contexto, o Banco do Japão subiu as taxas de juro no início de 2025 em 25 pb, para 0,50%, orientação que foi reafirmada em meados do ano.

**No Reino Unido**, a atividade acelerou apenas ligeiramente, com o PIB a crescer 1,4% em 2025. Contudo, ao longo do ano permaneceram condicionantes de política orçamental, com dúvidas quanto à capacidade de reduzir o défice orçamental sem aumentar os impostos sobre o rendimento ou reduzir mais marcadamente a despesa pública. A inflação desacelerou, mas permaneceu acima de 3%, o que não impediu que o Banco de Inglaterra reagisse aos riscos de abrandamento da atividade e ao contexto de incerteza, com quatro cortes da principal taxa de juro, num total de 1 pp, para 3,75%.

Na zona euro, o crescimento recuperou face ao ritmo anémico de 2024 (1,4% face a 0,9% no ano anterior), num quadro de procura interna mais sustentada pela desaceleração da inflação e pela melhoria gradual das condições financeiras.

A heterogeneidade dentro da zona euro manteve-se marcada, com os países ditos periféricos (nomeadamente, Portugal e Espanha) a crescerem mais do que as economias core: crescimentos de 1,9% e 2,9%, respetivamente, comparativamente com 0,2% na Alemanha, 0,8% em França e 0,5% em Itália, refletindo diferenças estruturais, dinâmica do consumo e exposição setorial ao comércio e à indústria.

**Na Alemanha**, 2025 marcou a saída da contração de 2024 (-0,5%), mas com crescimento ainda baixo (0,2%), num contexto de ajustamento industrial, investimento condicionado e procura externa menos favorável.

As eleições gerais no início do ano resultaram num novo Governo liderado pela CDU, que adotou um conjunto de medidas destinadas a estimular o crescimento no curto/medio prazo. Destaca-se o alívio do travão da dívida pública, que deverá permitir financiar um ambicioso programa de infraestruturas (500 mil milhões de euros), bem como o aumento da despesa em defesa.

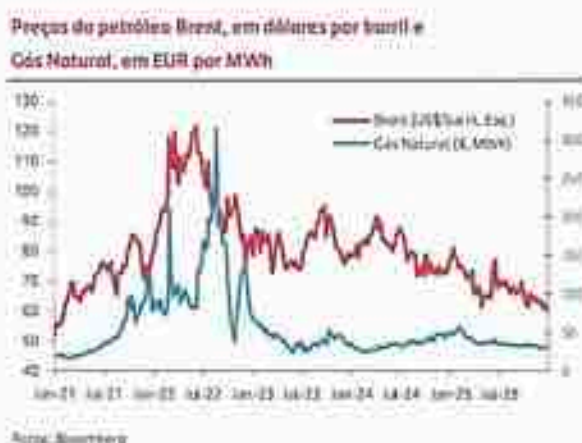
Em **França e Itália**, a recuperação foi gradual, limitada por condições financeiras ainda apertadas em parte do ano, pela necessidade do ajustamento orçamental e por níveis de confiança que melhoraram, mas sem regressarem plenamente aos padrões pré-pandemia. Em França, a instabilidade política permaneceu elevada, com a correção de vários governos; a aprovação do orçamento exigiu a suspensão de algumas reformas (como a das pensões).

Em **Espanha**, o crescimento permaneceu elevado em 2025, suportado pela procura interna e pelos serviços (incluindo turismo), mas com expectativas de moderação no horizonte seguinte, à medida que o impulso cíclico se reduz.

O **mercado de trabalho** continuou a caracterizar-se por elevados níveis de emprego, tendo a taxa de desemprego oscilado em torno de 5,2% durante a maior parte do ano, contribuindo para a resiliência do consumo privado.

A **inflação** continuou a desacelerar de forma moderada: no final de 2025, a inflação total já se situava em 2,0%, mas a inflação subjacente (que exclui alimentação e energia) mantinha-se em 2,3%, ligeiramente acima do objetivo de 2,0%.

Reconhecendo a convergência da inflação para o objetivo, o Banco Central Europeu prosseguiu a sua política de redução das taxas de juro, com quatro cortes no 1.º semestre do ano. Em junho, a taxa de depósito situava-se em 2,0%, 1 pp abaixo do nível observado no final de 2024.



Ao nível dos preços das matérias-primas, observou-se uma divergência de comportamento. Por um lado, ocorreu uma descida dos preços do petróleo, em cerca de 20% em média anual, para USD 60/barril no final de 2025. Em junho, houve uma escalada no conflito entre Israel e o Irão (a "Guerra dos 12 dias"), com impacto temporário sobre o preço do petróleo, entretanto dissipado com o fim do conflito e com o aumento da produção pela OPEP+.

Os preços das matérias-primas não energéticas cresceram, em média, cerca de 9%, revelando pressões em alguns segmentos e produtos industriais (como o aço) e alimentares.

A evolução das taxas de juro de curto prazo refletiu a condução da política monetária pelos principais bancos centrais.

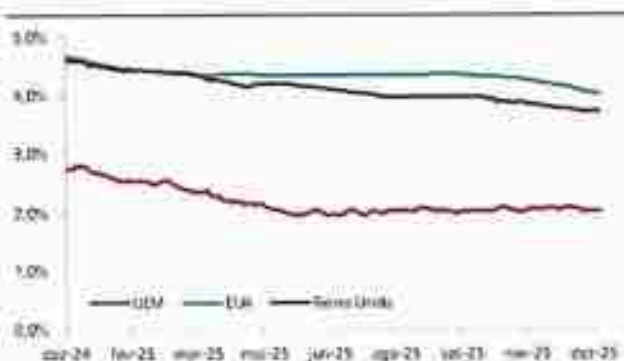
Ao longo do ano, como referido, as taxas de juro de referência desceram 75 pb nos EUA e 100 pb na zona euro e no Reino Unido, respetivamente, embora com trajetórias diferenciadas ao longo do ano.

O BCE terminou o seu ciclo de descida em junho, colocando a taxa de depósito em 2,0%; a partir dessa data, as taxas Eurozonas passaram a oscilar em torno desse valor.

Nos EUA, a Reserva Federal manteve as taxas inalteradas até setembro, quando iniciou um ciclo de três cortes (setembro, outubro e dezembro). Em resultado, as taxas a 3 meses do dólar norte-americano permaneceram acima de 4% durante a maior parte do ano, reduzindo-se apenas com o retomar do ciclo de descida.

No Reino Unido, houve duas pausas no ciclo de descida, em março e novembro, sinalizando a necessidade de impedir desaceleração da inflação. O corte de dezembro foi decidido por margem mínima, evidenciando o foco ainda colocado sobre a necessidade de a inflação convergir para o objetivo de 2%.

**Taxas de Juro 3 Meses**



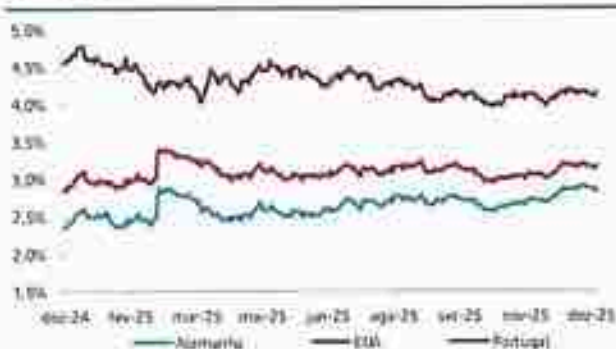
Fonte: Bloomberg

As **taxas de juro de longo prazo** revelaram menor volatilidade do que no ano transato, apesar dos vários eventos geopolíticos e geoeconómicos que caracterizaram o ano.

Nos EUA, as yields desceram, sobretudo a partir do segundo semestre do ano, apesar da aprovação da 'One Big Beautiful Bill', com a extensão de estímulos fiscais e a redução de despesa (sobretudo social), mas que poderá ter um custo superior a 3 trilhões de dólares, num horizonte de 10 anos. No final do ano, a yield a 10 anos situava-se em 4,2%, uma redução de cerca de 40 pb face ao final de 2024.

Na Europa, pelo contrário, as yields subiram, ainda que de forma não muito pronunciada: a yield alemã para os 10 anos aumentou cerca de 50 pb, para 2,85%. A principal razão prende-se com alterações na política orçamental na Alemanha, com o alívio do travão da dívida pública e com o programa de estímulos assente em investimentos em infraestruturas e defesa.

**Taxas de Juro 10 Anos**



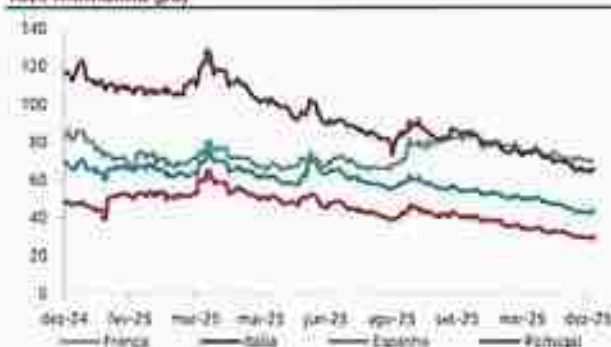
Fonte: Bloomberg

Fruto destes fatores, observou-se, em 2025, um estreitamento das diferenças de **taxas de juro soberanas face à Alemanha**, em forma relativamente generalizada.

A exceção foi França, onde as dificuldades na aprovação do orçamento, combinadas com a formação de novos governos, trouxeram alguma volatilidade no segundo semestre do ano, parcialmente revertendo os ganhos do início do ano.

### Diferenciais de taxas de juro de longo prazo

face Alemanha (pb)



Fonte: Bloomberg

Em resultado, no final de dezembro, a yield francesa a 10 anos estava 70 pb acima da alemã, o que compara com um diferencial de 30 pb em Portugal e de 44 pb em Espanha. Mais relevante, o diferencial da dívida francesa ultrapassou o da dívida italiana que, em 2025, registou um estreitamento significativo para 66 pb (-50 pb face ao final de 2024).

Merece igualmente destaque a clara melhoria da perceção de risco, por parte dos investidores, relativamente à dívida portuguesa, processo que já se tinha iniciado em 2024. Portugal passou a ter o menor diferencial face à dívida alemã desde antes da Grande Crise Financeira.

Esta evolução continuou a refletir a melhoria do quadro orçamental, com excedente global e redução sustentada do rácio da dívida pública, em contracção com a maioria dos pares europeus. Em 2025, o rácio da dívida pública portuguesa caiu abaixo de 90% do PIB. No mesmo ano, a notação de risco da República Portuguesa foi revista em alta em dois notches, para A+, pela agência S&P, e em um notch, para A (high), pela DBRS.

No **mercado cambial**, o **euro** apreciou-se face à generalidade das divisas, em particular face ao dólar norte-americano, que foi especialmente afetado pela instabilidade gerada pelas tarifas após o "Dia da Libertação" (2 de abril de 2025).

Em 2024, a narrativa associada à evolução da taxa de câmbio do euro-dólar esteve relacionada com o facto de a zona euro poder ser a região mais afetada pela imposição de tarifas. Em 2025, o que se observou foi um movimento de aversão ao risco, em que o dólar foi pretendido enquanto divisa. Em resultado, a taxa de câmbio apreciou de 1,03 dólares para cerca de 1,18 dólares no final do ano (+13%), com picos pontuais acima desse nível durante o segundo semestre.

Esta evolução relacionou a discussão quanto aos riscos de maior desinflação na zona euro e/ou riscos de maior abrandamento de atividade, mas sem repercussões em termos de intervenção do BCE.

Face à libra esterlina, o euro também apreciou cerca de 5%, para 0,87 libras no final do ano, num movimento que se consolidou no segundo semestre. Os receios quanto à política orçamental britânica penalizaram a libra.

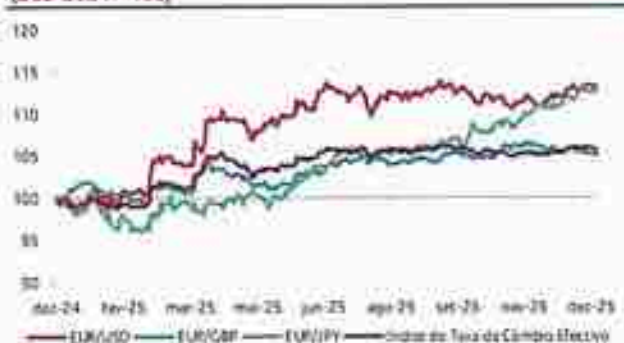
Face ao dólar, a libra apreciou de cerca de 0,8 libras por dólar para 0,74 libras no final do ano (+7%).

Relativamente ao iene japonês, o euro apreciou cerca de 13%, para 184 ienes por euro. A taxa de câmbio do iene face ao dólar registou uma forte apreciação no primeiro quadrimestre do ano, atingindo 140 ienes por dólar, para posteriormente reverter tendência e recuperar os 155 ienes observados no início de 2025.

Em resultado destes movimentos conjuntos, a taxa de câmbio efetiva do euro, que agrega as divisas das principais economias de referência para a zona euro, apreciou cerca de 6%.

### Taxas de Câmbio

(Dez-2024 = 100)



Fonte: BCE

Os **mercados acionistas** voltaram a registar uma valorização de relevo em 2025, apesar de elevada volatilidade no segundo trimestre do ano, apoiados pelos bons resultados das empresas e, sobretudo, pela vaga de investimento (efetivo e anunciado) relacionada com a disseminação massiva da IA.

O "Dia da Libertação", com o anúncio das tarifas recíprocas por Donald Trump, gerou um período de elevada volatilidade e correção nos mercados acionistas, com o S&P 500 a desvalorizar cerca de 15% face ao início do ano.

A reversão das primeiras medidas tarifárias e os vários acordos negociados nos meses seguintes permitiram uma recuperação rápida, pelo que a generalidade dos índices internacionais terminou o ano em máximos históricos (ou muito próximos): o índice norte-americano (**S&P 500**), com uma valorização de 16,4%, o japonês (Nikkei) com 26,2%, o pan-europeu (Euro Stoxx 50) com 18,3% e o britânico (FTSE) com 21,5%.

### Mercados Acionistas

(Dez-24 = 100)



Fonte: Bloomberg

Em **Portugal**, o índice **PSI** destacou-se com uma forte valorização (+30%), de forma relativamente generalizada. Doze das 16 empresas que integram o índice valorizaram, com destaque para a banca, retalho, indústria e utilities.

O ouro manteve uma trajetória de valorização contínua, terminando 2025 nos 4.314 dólares, refletindo o seu papel de refúgio num contexto de elevada incerteza geopolítica e geoeconómica.

## Economia Portuguesa

Em 2025, a economia portuguesa manteve um ritmo sólido de crescimento (1,9%), embora em desaceleração face aos 2,2% do ano transato (revisitos em alta face à estimativa inicial de 1,9%). Mais relevante, continuou a crescer acima da sua tendência de médio prazo e a um ritmo superior ao da zona euro.

O crescimento foi suportado sobretudo pela procura interna, que permitiu acomodar o aumento da incerteza geopolítica e a menor dinâmica da procura externa.

A situação de pleno emprego continuou a sustentar um crescimento robusto do consumo privado, enquanto o investimento beneficiou da execução do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

À semelhança de anos anteriores, a evolução intra-anual foi diferenciada. No primeiro trimestre, o PIB contraiu 0,3%, refletindo efeitos de base, uma vez que no final de 2024 o Governo tinha adotado um conjunto de medidas com impacto sobre o rendimento das famílias e o consumo privado (redução do IRS e pagamento de uma prestação suplementar aos pensionistas). Nos trimestres seguintes, a atividade recuperou, com crescimentos em cadeia de 0,7%, 0,6% e 0,9% (o 4.º trimestre voltou a ser influenciado por medidas de apoio ao rendimento das famílias, idênticas às de 2024).

Portugal - Dados Macroeconómicos			
	2023	2024	2025
PIB	3,1	2,2	1,9
Consumo Privado	3,0	3,0	3,5
Consumo Público	1,6	1,6	1,7
Investimento	1,9	1,6	1,7
Exportações	4,3	3,3	3,4
Importações	2,2	4,7	4,2
Inflação Média	6,3	2,4	2,3
Desemprego	6,5	6,4	6,0
Saldo Orçamental (% do PIB)	1,1	0,1	0,1
Produtividade (% do PIB)	95,9	95,6	96,7
Saldo Comércio e Capital (% do PIB)	1,9	1,3	2,7

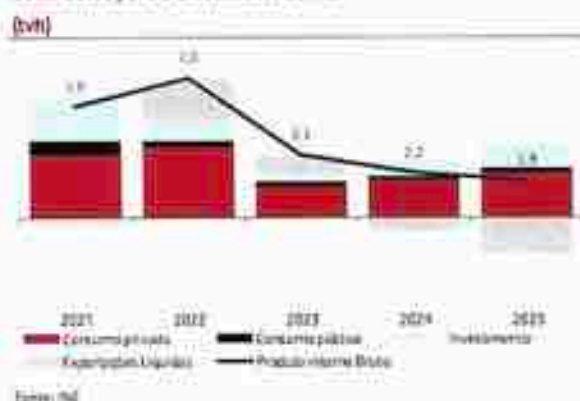
Fonte: ICF, Banco de Portugal, MGI, Invesco, PwC, Eurostat, ICF Analytics, Santander Personal

A **procura interna** reforçou o seu papel enquanto motor da economia, com um contributo de 3,7 pp para o crescimento do PIB, dos quais 2,2 pp do consumo privado e 1,2 pp do investimento. As exportações líquidas, por sua vez, ampliaram o contributo negativo para 1,8 pp, refletindo a quase estagnação das exportações.

O **consumo privado** cresceu 3,5% em 2025, ligeiramente mais rápido do que em 2024, beneficiando da recuperação do poder de compra das famílias, com ganhos salariais acima da inflação. Ainda assim, parte desses ganhos continuou a ser canalizada para poupança: no final do 3.º trimestre, a taxa de poupança situava-se em 12,5%, uma clara alteração estrutural face ao observado no período de 2015-2019. Este posicionamento das famílias refletiu-se também no indicador de confiança, que embora em linha com a média histórica, ainda não recuperou os níveis pré-pandemia.

A recuperação do poder de compra pelas famílias permitiu, contudo, uma alteração na estrutura da despesa de consumo, com maior crescimento das componentes discricionárias, como bens duradouros (+7,1%) e bens e serviços não alimentares (+3,4%).

### Contributos para o Crescimento do PIB



O mercado de trabalho continuou a caracterizar-se por uma situação de pleno emprego: a economia criou mais 191 mil empregos (atingindo o máximo de 5,34 milhões) e a desemprego reduziu-se em 42 mil pessoas, para 326 mil desempregados. Em resultado, a taxa de desemprego caiu para 5,8% no final do ano (6,0% em média anual).

Este maior crescimento do emprego relativamente ao PIB traduziu-se numa redução da produtividade (-0,4%).

A remuneração bruta total mensal média aumentou 5,6% em 2025, o que se traduziu num aumento real de 3,2%.

### Taxa de Desemprego (%)



A **inflação** desacelerou de forma mais moderada, em linha com a dinâmica observada no conjunto da zona euro, para 2,3% em média anual. No final do ano, os preços cresceram 2,2% em termos homologados. A semelhança do observado em 2024, os preços dos bens aumentaram a um ritmo mais contido (1,1%), incluindo uma redução de 0,2% nos preços dos bens energéticos, enquanto os preços dos serviços continuaram a crescer de forma relevante (4,0%), refletindo também o dinamismo do mercado de trabalho.

A inflação subjacente, que exclui alimentação e energia, desacelerou igualmente para 2,3%.

O **investimento** acelerou marcadamente, com um crescimento de 5,7%, numa dinâmica em que a execução do PRR foi determinante.

No final de fevereiro de 2026, os pagamentos já representavam 52% da dotação de 21,9 mil milhões de euros.

As componentes de equipamento de transporte (+2,1%), propriedade industrial (+5,0%) e construção (+5,5%) foram as que mais cresceram. Em contrapartida, a despesa de capital em outras máquinas e equipamentos contraiu 1,3%.

Em 2025, registou-se um ligeiro aumento da atividade de construção residencial, mas ainda manifestamente abaixo das necessidades do mercado: nos primeiros 9 meses do ano, foram construídos 20 mil fogos (+6,2%), valor muito inferior ao volume anual de transações, superior a 160 mil fogos.

As **exportações** de bens e serviços cresceram apenas 0,4% em 2025, com uma desaceleração profunda tanto ao nível dos bens (+0,3%) como dos serviços (+0,4%). Portugal reverteu a tendência e perdeu quota de mercado no comércio internacional, uma vez que a procura externa dirigida a Portugal terá crescido cerca de 4%.

As **importações** desaceleraram apenas marginalmente face a 2024, com um crescimento de 4,2%, sobretudo explicado pelos bens (+4,6%), possivelmente também refletindo a antecipação de fluxos devido ao contexto de incerteza relacionado com a política comercial dos EUA.



A **balança corrente e de capital** manteve uma posição excedentária de 2,7% do PIB, ligeiramente abaixo dos 3,3% observados em 2024, em grande medida em resultado da evolução da balança de bens, que agravou o défice. As demais componentes da balança corrente mantiveram-se estáveis. A balança de capitais, que reflete sobretudo os fundos europeus, ampliou o excedente para 1,5% do PIB, por maiores entradas de fundos relacionados com o PRR.

A **execução das contas públicas** continuou a evoluir favoravelmente, com o Ministério das Finanças a estimar um excedente de 0,3% do PIB, enquanto a dívida pública caiu para 89,7% do PIB.

A receita fiscal aumentou 4,1%, suportada sobretudo pela receita de impostos indiretos (+7,0%), onde se destaca o IVA (+10,3%), refletindo a resiliência da procura interna.

Os impostos diretos cresceram mais moderadamente (+1,0%), fruto das alterações ocorridas nas taxas de impostos, com a redução das taxas quer do IRS, quer do IRC, no quadro do alívio da carga fiscal que tem vindo a ser executado desde 2024.

A receita de contribuições sociais cresceu 5,4%, refletindo o dinamismo do mercado laboral, em termos de número de empregados e de aumento dos salários.

### Saldo Orçamental (% PIB)



A despesa primária continuou a crescer de forma dinâmica (+12,1%), acima da receita efetiva (+9,8%), sobretudo devido às medidas de reposição salarial na função pública e à atualização de prestações sociais. As despesas com pessoal cresceram 5,3% (com as remunerações certas a aumentar 7,0%), na sequência de negociações com vários grupos profissionais, incluindo atualizações salariais e alterações em carreiras e prémios. As prestações sociais aumentaram 6,7%, refletindo a atualização de pensões e o suplemento extraordinário, que voltou a ser pago em 2025. Por fim, os encargos com o serviço da dívida aumentaram 2,9%.

A descida das taxas de juro pelo BCE e a subsequente redução das taxas de juro dos novos depósitos contribuíram para relançar a procura por Certificados de Aforro, com subscrições líquidas de 3,4 mil milhões de euros em 2025. A normalização das taxas de juro refletiu-se também numa estabilização da taxa de juro da nova dívida em 3,4%, com a taxa de juro média do stock a subir ligeiramente para acima de 2%.

Como referido, a geração de um excedente primário continuou a contribuir para a redução da dívida pública que, no final de 2025, era de 89,7% do PIB (-3,0 pp face ao final de 2024).

O **endividamento** da economia portuguesa situou-se, em setembro de 2025, em 246% do PIB (-7 pp face ao final de 2024), com o setor das sociedades não financeiras privadas a totalizar 100% (-5 pp) e as famílias 56% do PIB (-1 pp), sendo o remanescente representado pela dívida pública. O período de crescimento económico acima do potencial tem sido aproveitado, de forma generalizada, para uma melhoria da solvência dos agentes económicos.

A continuação de um quadro de crescimento económico sustentado e de consolidação das contas públicas permitiu à República beneficiar de mais dois upgrades na notação de risco em 2025: a agência S&P reviu o rating duas vezes, para A+, e a DBRS reviu uma vez, para A (high). A Fitch atribui um rating de A- e a Moody's de A3.

O **setor bancário** caracterizou-se por um significativo crescimento dos volumes de negócio. Em 2025, o crédito aos particulares cresceu 9,0%, muito explicado pela dinâmica do crédito à habitação, que aumentou 9,6%. As medidas de apoio aos jovens para aquisição de habitação própria permanente, nomeadamente a garantia pública, tiveram um contributo importante, uma vez que os jovens foram responsáveis por cerca de 60% da originação de novas hipotecas.

O crédito a empresas cresceu também, embora de forma mais moderada, em 2,8%, revertendo a redução observada no ano anterior. O Banco Português de Fomento lançou novas linhas com garantia pública, o que contribuiu para esta dinâmica, em especial para as empresas de menor dimensão.

Os recursos de clientes também evoluíram de forma favorável (+5,9%). No segmento de particulares, em resultado da redução das taxas de juro, o maior crescimento ocorreu em aplicações fora de balanço (+16,2%), ou seja, em fundos de

investimento e em seguros financeiros. Ao nível dos depósitos de particulares, o crescimento foi mais moderado (4,3%) e maioritariamente concentrado em depósitos à ordem (+7,5%, face a +2,1% no crescimento dos depósitos a prazo).

A conjuntura macroeconómica favorável continuou a contribuir para a melhoria da qualidade creditícia, tendo o rácio de Non-Performing Loans do sistema a situar-se em 2,3% no final do terceiro trimestre (-0,1 pp face ao final de 2024), com uma cobertura por imparidades de 55,9%.

Apesar do contexto de descida das taxas de juro, que afetou particularmente a margem financeira, a rentabilidade do setor foi menos afetada pelo controlo de custos e pela melhoria da qualidade do crédito, com menores imparidades. Nos 9 meses terminados em setembro de 2025, a rentabilidade do setor permaneceu elevada, ascendendo a 1,3% na rentabilidade do ativo (-0,2 pp) e a 14,8% na dos capitais próprios (+0,3 pp).

Nota: texto redigido com a informação disponível até 23 de fevereiro de 2026.

## 1.2. Principais Alterações em 2023

Em 18 de Dezembro de 2023 foi efetuada a formalização da nova redação do Contrato de Gestão do Fundo de Pensões do Banco Santander Totalia, que contemplou a alteração da política de investimento, nomeadamente a alteração da classificação do fundo como artº 8 da SFDR.

## 1.3. Política de Investimento

A carteira de valores do Fundo será constituída em obediência a critérios de segurança, rentabilidade e liquidez e dela farão parte um conjunto diversificado de aplicações, designadamente: ações, obrigações diversas, outros instrumentos representativos de dívida, participações em instituições de investimento coletivo, depósitos bancários, outros ativos de natureza monetária e terrenos e edifícios inscritos no registo predial como integrantes do Fundo.

A política de investimento do Fundo será orientada por critérios de diversificação de risco e rentabilidade, podendo a Sociedade Gestora optar por uma política mais ou menos conservadora, aumentando ou diminuindo a exposição a ações ou a obrigações, de acordo com as suas expectativas sobre a evolução dos mercados.

As aplicações do Fundo serão realizadas com maior incidência na classe de obrigações. Esta classe abrange os títulos de dívida pública ou privada, de taxa fixa ou de taxa variável, obrigações indexadas à inflação, títulos de participação e outros instrumentos representativos de dívida, bem como as unidades de participação em organismos de investimento coletivo que detêm, pelo menos 2/3 do seu valor líquido global investido, direta ou indiretamente, em obrigações. Tendo a Sociedade Gestora como objetivo selecionar os emittentes de acordo com certos padrões de risco.

Assim:

- O investimento em obrigações de emittentes de mercados emergentes, não deverá ser superior a 10% do valor do fundo e será preferencialmente denominado em Euros. Este limite foi alterado de 5% para 10% decorrente da alteração da política de investimento prevista no contrato de gestão formalizado a 18 de dezembro de 2023.
- O investimento em obrigações diversas deverá seguir a prudência adequada ao perfil do fundo. No caso de emittentes internacionais serão privilegiados os com notação de risco mínima de BBB- (investment grade) e, no caso de emittentes nacionais, serão privilegiadas, designadamente, empresas cotadas, grandes empresas ou empresas participadas pelo Estado.

- As emissões internacionais com rating inferior a BBB-, não deverão exceder 15% do valor global do Fundo.

- Para notas estruturadas emitidas sem rating será considerado o rating do subjacente. No caso de notas cotatizadas será considerado o rating mínimo entre o colateral e o ativo subjacente. No caso de um cabaz de subjacentes será considerado o rating médio ponderado.

A classe de ações engloba o investimento em ações, organismos de investimento coletivo que detém, pelo menos 2/3 do seu valor líquido global investido, direta ou indiretamente, em ações, obrigações convertíveis ou que conferem o direito à subscrição de ações, futuros, nomeadamente sobre ações ou índices de ações, warrants autónomos e opções.

O investimento nos referidos contratos de futuros e de opções, em termos de exposição ao risco, tomando por base o valor nominal dos contratos no caso do primeiro, e pelo delta, no caso dos segundos, não poderá ser superior à prevista se o investimento fosse efetuado diretamente nos mercados acionistas.

A liquidez contempla o numerário, os depósitos bancários e outros ativos de natureza monetária, e os instrumentos representativos de dívida de curto prazo, nomeadamente os bilhetes do Tesouro, certificados de depósito e papel comercial.

O imobiliário compreende as aplicações em terrenos e edifícios, créditos decorrentes de empréstimos hipotecários e de empréstimos aos participantes do Fundo, ações de sociedades imobiliárias e unidades de participação em fundos de investimento imobiliário. O investimento em ativos imobiliários diretos não poderá representar mais de 10% do património do fundo.

Os terrenos e edifícios detidos pelo Fundo não podem ser de exploração industrial nem ter uma vocação de tal forma específica que torne difícil a sua venda pelo fundo.

O Fundo poderá investir em unidades de participação de fundos de investimento imobiliário, excluindo fundos geridos por sociedades em relação de domínio ou de grupo com a sociedade gestora.

No final do período em análise, o Subfundo BD - Secção A, tal como definido na sua política de investimento e com o objetivo de apresentar uma carteira conservadora, apresentava uma carteira diversificada, composta por Obrigações de Taxa Indexada e de Taxa Fixa (cerca de 60,14% do total dos ativos do Fundo), Imobiliário (indicativamente, cerca de 6,60% do Fundo), e por uma componente de maior risco (classe acionista com exposição ao mercado europeu e norte-americano) que representava, indicativamente, 14,80% da carteira, sendo o restante composto por disponibilidades e outros ativos.

O Subfundo BD - Secção B, tal como definido na sua política de investimento e com o objetivo de apresentar uma carteira conservadora, apresentava uma carteira diversificada, composta por Obrigações de Taxa Indexada e de Taxa Fixa (cerca de 65,42% do total dos ativos do Fundo), Imobiliário (indicativamente, cerca de 10,78% do Fundo), e por uma componente de maior risco (classe acionista com exposição ao mercado europeu e norte-americano) que representava, indicativamente, 15,02% da carteira, sendo o restante composto por disponibilidades e outros ativos.

E o Subfundo CD - Secção B, tal como definido na sua política de investimento e com o objetivo de apresentar uma carteira conservadora, apresentava uma carteira diversificada, composta por Obrigações de Taxa Indexada e de Taxa Fixa (cerca de 58,86% do total dos ativos do Fundo), Imobiliário (indicativamente, cerca de 16,79% do Fundo), e por uma componente de maior risco (classe acionista com exposição ao mercado europeu e norte-americano) que representava, indicativamente, 14,33% da carteira, sendo o restante composto por disponibilidades e outros ativos.

## 1.4. Divulgação de Informações Relacionadas com a Sustentabilidade no Setor dos Serviços Financeiros (SFDR)

Em 9 de dezembro de 2020 foi publicado o Regulamento (UE) 2019/2088, de 27 de novembro de 2019, relativo à divulgação de informações relacionadas com a sustentabilidade no setor dos serviços financeiros.

A divulgação sobre a promoção de características ambientais ou sociais e dos investimentos sustentáveis é a que consta nas "Divulgações relativas ao regulamento de divulgação de informações relacionadas com a sustentabilidade no setor de serviços financeiros (NÃO AUDITADO)": em anexo a este relatório.

## 1.5. Benchmark

De acordo com a política de investimento, serão definidos, para cada classe de ativos, os seguintes benchmarks e limites de investimento:

Classe de ativos	Benchmark Central (%)	Intervalos Permitidos (%)
Liquidez	5	0-15
Imobiliário	15	0-25
Investimento direto em imobiliário		0-10
Obrigações	65	40-95
Commodities	0	0-5
Ações	15	0-20
Alternativos	0	0-10

Fonte: STS

## 1.6. Evolução dos riscos materiais a que o Fundo se encontra exposto

A Política de Investimento do Fundo estabelece um conjunto de princípios que visam salvaguardar as disposições e os limites legais decorrentes da regulamentação em vigor, complementando com as regras e os limites internos adicionalmente considerados pela Entidade Gestora como adequados à defesa do capital do Fundo e à respetiva natureza, duração e dimensão das suas responsabilidades.

A avaliação do risco do Fundo é efetuada pela observação sistemática da correta adequação da exposição dos ativos que, a cada momento, compõem a respetiva carteira aos limites definidos.

Os principais riscos de investimento identificados são os riscos de liquidez, crédito, taxa de juro, contraparte, câmbio, exposição a derivados, risco operacional e ainda o risco de sustentabilidade.

**Risco de Liquidez** – O risco de liquidez pode ocorrer quando muitos dos ativos do Fundo não são líquidos e a entidade não consegue cumprir os seus compromissos financeiros devido a falta de liquidez. No processo de seleção de ativos, a Entidade Gestora terá em conta a liquidez dos mesmos, de forma que exista uma quantidade suficientemente representativa. Em função das características de cada plano de pensões, a Entidade Gestora estabelece um limiar de liquidez, de acordo com as características dos ativos que integram as carteiras, os quais, quando comparados com as eventuais responsabilidades e pagamento de benefícios, definem o adequado nível de cobertura por parte do Fundo de Pensões.

**Risco de crédito** - este risco diz respeito à capacidade do emissor em honrar os seus compromissos. Poderão também ocorrer cortes na notação de uma emissão ou de um emissor, que podem levar a uma desvalorização das obrigações em que o Fundo investe.

A Entidade Gestora dispõe de processos de verificação diária do cumprimento de limites de risco de crédito, através dos seguintes procedimentos:

**Perfil de risco e política de segmentos de rating:** A Entidade Gestora define para cada subfundo um perfil de risco no que respeita à qualidade creditícia que devem ter os títulos de dívida que compõe a respetiva carteira. Assim, são fixados os limites máximos de concentração tanto por posição de emissor em carteira (em função do seu rating), como por nível agregado de segmento de rating. De acordo com a política definida, não se podem adquirir posições em emissores com um rating inferior ao mínimo definido para o perfil de risco atribuído.

**Emissões aptas:** A Entidade Gestora dispõe de uma política interna para autorizar os investimentos em emissores de dívida privada e pública, atendendo às diferentes características (qualidade creditícia, volume emitido, etc.). Diariamente, verifica-se que nenhum subfundo adquira ativos de emissores não autorizados e que o volume total em carteira não supere o montante autorizado.

**Risco de taxa de juro** - risco de impacto negativo na rentabilidade de um ativo devido ao movimento adverso das taxas de juro.

**Risco de contraparte** - a contraparte com quem a carteira negocia poderá deixar de cumprir as suas obrigações levando a perdas para a carteira.

**Risco de câmbio** - os investimentos efetuados em moeda estrangeira poderão sofrer impactos positivos ou negativos dependendo de alterações nas taxas de câmbio.

**Risco de derivados** - a carteira pode investir em certos derivados que podem ter como resultado uma perda superior ao inicialmente investido.

**Risco operacional** - poderão ocorrer perdas substanciais devido a erro humano, falhas do sistema ou procedimentos inadequados.

**Riscos de Sustentabilidade** - Por definição genérica, o risco de sustentabilidade na gestão de investimentos é definido como um facto ou ocorrência de ordem Ambiental, Social ou de Governo (ASG) que, caso ocorra, pode ter um impacto material negativo sobre o valor do investimento. Os investimentos de cada fundo podem estar sujeitos a riscos de sustentabilidade. Estes incluem riscos ambientais (como exposição a riscos de transição de mudanças climáticas), riscos sociais (como desigualdade, saúde, inclusão, relações trabalhistas, etc.) e governança (falta de supervisão de aspetos materiais de sustentabilidade ou falta de políticas e procedimentos relacionados com a ética da entidade). O risco de sustentabilidade dos investimentos dependerá, entre outros, do tipo de emissor, do setor de atividade ou da sua localização geográfica. A Entidade Gestora tem procurado integrar este risco na gestão dos investimentos da atividade de gestão do Fundo de Pensões pois percebe esta matéria como um dos maiores desafios nos próximos anos, tendo em conta os compromissos que o Grupo Santander tem vindo a assumir publicamente.

A carteira do Fundo está representada em unidades de participação, cujo valor é apurado diariamente em função dos preços de mercado dos ativos que a integram. A variação dos preços de mercado dos ativos resulta em variações da unidade de participação, que podem ser positivas ou negativas e que refletem os riscos acima mencionados.

## 1.7. Performance

A evolução histórica das rendibilidades e risco do Fundo nos últimos anos foi a seguinte:

### Subfundo BD – Secção A

Ano	Rendibilidade	Classe de Risco
2016	2,17%	3
2017	5,31%	2
2018	-0,98%	3
2019	7,18%	2
2020	1,92%	4
2021	-5,13%	3
2022	-8,40%	3
2023	7,63%	3
2024	6,45%	3
2025	3,51%	3

Fonte: STS

### Subfundo BD – Secção B

Ano	Rendibilidade	Classe de Risco
2016	1,41%	n.a.
2017	0,98%	n.a.
2018	-3,82%	n.a.
2019	7,47%	n.a.
2020	-0,4%	n.a.
2021	7,24%	n.a.
2022	-16,50%	3
2023	7,15%	3
2024	6,25%	3
2025	4,12%	3

Fonte: STS

### Subfundo CD – Secção B

Ano	Rendibilidade	Classe de Risco
2016	1,48%	n.a.
2017	5,32%	n.a.
2018	-3,15%	n.a.
2019	6,43%	n.a.
2020	-0,23%	n.a.
2021	8,15%	n.a.
2022	-17,63%	3
2023	8,58%	3
2024	4,85%	3
2025	3,08%	3

Fonte: STS

As rendibilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rendibilidade futura, porque o valor das unidades de participação pode aumentar ou diminuir em função do Indicador de Risco que varia entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo).



### Comissões suportadas pelo Fundo e Participantes

Nos últimos 3 anos:

- Não houve alterações significativas ao nível dos custos suportados pelo Fundo nomeadamente custos de transação, taxa de supervisão e custos com o Revisor Oficial de Contas.
- O fundo suportou comissões de manutenção de saldos de conta entre agosto de 2020 e outubro de 2022, situação que já não se verifica a partir dessa data.

### 1.8. Evolução dos ativos sob gestão

O valor total da carteira do Subfundo BD – Secção A, à data de 31 de dezembro de 2025, era 1.026.681.570€.

O valor total da carteira do Subfundo BD – Secção B, à data de 31 de dezembro de 2025, era 133.904.822€.

O valor total da carteira do Subfundo CD – Secção B, à data de 31 de dezembro de 2025, era 27.186.766€.

### 1.9. Valor da quota-parte do Fundo afeta

O valor total da carteira do Subfundo BD – Secção A e Subfundo BD – Secção B é afeto ao Banco Santander Totta, S.A.

### 1.10. Valor atual das responsabilidades passadas dos subfundos Benefício Definido

O valor atual das responsabilidades passadas obtidas pelo cenário de financiamento era de 960.709.934 € no Subfundo BD – Secção A, e de 131.164.655 € no Subfundo BD – Secção B.

### 1.11. Nível de cobertura das responsabilidades passadas

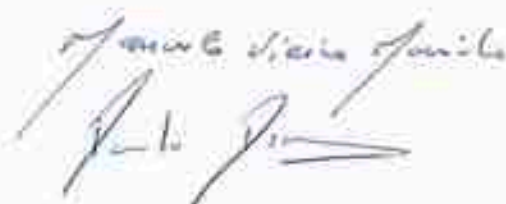
O nível de cobertura das responsabilidades passadas identificadas no ponto anterior era de 107% no Subfundo BD – Secção A, e de 102% no Subfundo BD – Secção B.

## 1.12. Política de Voto

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 2º da Norma Regulamentar nº 7/2007, de 17 de Maio, a Santander Pensões elabora o Relatório reportado ao exercício dos direitos de voto referente ao ano 2023, declarando para o efeito:

- a) os Fundos de Pensões seus representados não exerceram em concreto o direito de voto em assembleias de sociedade emittentes de ações, uma vez que não dispunham nas suas carteiras, neste período, deste tipo de instrumentos financeiros;
- b) por outro lado, os Fundos de Pensões, enquanto titulares de unidades de participação de outros organismos de investimento coletivo (OIF - Fundos de investimento imobiliário) e de fundos de capital de risco, fizeram representar-se em Assembleias de Participantes ocorridas em 2023, exercendo o seu voto sem qualquer desvio ou desfazimento da Política de exercício de direitos de voto em vigor na Sociedade.

Lisboa, 20 de março de 2024



## 2. Demonstração da Posição Financeira do Fundo de Pensões Banco Santander Totta Referente ao Período Findo a 31 de dezembro 2025

### Informação Agregada dos Subfundos

Notas	DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA	2025-12-31	2024-12-31
	<b>ACTIVO</b>		
	<b>Investimentos</b>		
6	Terrénos e edifícios	35 481 507,69	32 562 362
5	Instrumentos de capital e unidades de participação	783 355 142,29	748 800 437
5	Títulos de dívida Pública	274 051 547,40	304 204 803
5	Outros títulos de dívida	18 604 968,26	28 473 629
	Empréstimos concedidos		
	Moedas, depósitos em inst. crédito e eq. MM	48 108 518,01	41 389 391
5	Outras aplicações	8 880 997,00	10 203 665
	Outros activos		
	Devedores		
	Entidade gestora	0,40	
8	Estado e outros entes públicos	15 496 434,48	15 873 285
	Deposítários		
	Associados		
	Participantes e beneficiários		
9	Outras entidades	1 016 450,28	1 438 270
10	Acréscimos e diferimentos	2 722 996,41	2 709 900
	<b>TOTAL ACTIVOS</b>	<b>1 188 718 562,23</b>	<b>1 185 693 712</b>
	<b>PASSIVO</b>		
	Devedores		
	Entidade gestora	366 441,13	1 381 215
8	Estado e outros entes públicos	45 595,54	39 717
	Deposítários		
	Associados		
	Participantes e beneficiários		
9	Outras entidades	1 79 307,61	5 238 964
11	Acréscimos e diferimentos	354 059,52	362 820
	<b>TOTAL PASSIVO</b>	<b>945 403,80</b>	<b>8 022 720</b>
	<b>VALOR DO FUNDO</b>	<b>1 187 773 158,43</b>	<b>1 177 670 993</b>

77 B

## Subfundo BD – Secção A

Notas	DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA	2025-12-31	2024-12-31
	<b>ACTIVO</b>		
	<b>Investimentos</b>		
0	Terrenos e edifícios	34 327 000	20 058 731
5	Instrumentos de capital e unidades de participação	642 878 956	674 137 031
5	Títulos de dívida Pública	274 051 547	299 483 488
5	Outros títulos de dívida	14 431 917	22 313 321
	Empréstimos concedidos		
	Números, depósitos em inst. credit. e apl. MW	43 025 936	34 193 088
5	Outras aplicações	8 080 648	10 745 240
	Outras ativas		
	Devedores		
	Entidade gestora		
8	Estado e outras entes públicas	15 491 751	15 868 401
	Depositários		
	Associados		
	Participantes e beneficiários		
9	Outras entidades	773 872	( 378 074)
10	Acréscimos e diferimentos	2 697 588	( 632 121)
	<b>TOTAL ACTIVOS</b>	<b>1 027 349 616</b>	<b>1 020 793 342</b>
	<b>PASSIVO</b>		
	Créditos		
	Entidade gestora	331 145	1 103 117
8	Estado e outras entes públicas	45 019	22 818
	Depositários		
	Associados		
	Participantes e beneficiários		
9	Outras entidades	49 588	3 223 693
11	Acréscimos e diferimentos	242 334	202 562
	<b>TOTAL PASSIVO</b>	<b>668 046</b>	<b>6 562 243</b>
	<b>VALOR DO FUNDO</b>	<b>1 026 681 570</b>	<b>1 014 231 097</b>
	<b>VALOR DA UNIDADE DE PARTICIPAÇÃO</b>	<b>9,7463</b>	<b>9,6331</b>

77 AB

## Subfundo BD – Secção B

Notas	DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA	2025-12-31	2024-12-31
	<b>ACTIVO</b>		
	Investimentos		
	Terrenos e edifícios	10 904 508	11 804 231
5	Instrumentos de capital e unidades de participação	114 557 657	110 712 237
5	Títulos de dívida Pública	0	3 987 520
5	Outros títulos de dívida	3 364 326	5 364 903
	Emprestrimas concedidos		
	Numerários, depósitos em moeda, crédito e apl. MM	5 096 627	6 494 790
5	Outras aplicações	291	47 802
	Outros activos		
	Devedores		
	Entidade gestora		
8	Estado e outros entes públicos	2 580	2 580
	Depositários		
	Associados		
	Participantes e beneficiários		
9	Outras entidades	226 193	98 476
10	Acréscimos e diferimentos	13 796	65 877
	<b>TOTAL ACTIVOS</b>	<b>134 165 976</b>	<b>138 578 435</b>
	<b>PASSIVO</b>		
	Credores		
	Entidade gestora	25 531	130 898
8	Estado e outros entes públicos	199	1 815
	Depositários		
	Associados		
	Participantes e beneficiários		
9	Outras entidades	125 182	885 196
11	Acréscimos e diferimentos	110 043	159 466
	<b>TOTAL PASSIVO</b>	<b>261 154</b>	<b>1 177 375</b>
	<b>VALOR DO FUNDO</b>	<b>133 904 822</b>	<b>137 401 060</b>
	<b>VALOR DA UNIDADE DE PARTICIPAÇÃO</b>	<b>8,7866</b>	<b>8,4342</b>

77 85

## Subfundo CD – Secção B

Notas	DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA	2025-12-31	2024-12-31
	<b>ACTIVO</b>		
	<b>Investimentos</b>		
	Terrenos e edifícios		
5	Instrumentos de capital e unidades de participação	25 978 529	23 051 149
5	Títulos de dívida Pública		833 846
5	Outros títulos de dívida	808 723	707 605
	Empréstimos concedidos		
	Numeração, depósitos em inst. crédito e apl. MM	385 956	494 987
5	Outras aplicações	58	10 623
	<b>Outros activos</b>		
	Devedores		
	Entidade gestora	0	
8	Estado e outros entes públicos	2 104	2 104
	Deposítários		
	Associados		
	Participantes e beneficiários		
9	Outras entidades	16 355	19 000
10	Acréscimos e diferimentos	11 213	13 840
	<b>TOTAL ACTIVOS</b>	<b>27 202 970</b>	<b>28 321 935</b>
	<b>PASSIVO</b>		
	<b>Credores</b>		
	Entidade gestora	9 763	147 204
8	Estado e outros entes públicos	178	9 020
	Deposítários		
	Associados		
	Participantes e beneficiários		
9	Outras entidades	4578	130 074
11	Acréscimos e diferimentos	1 683	601
	<b>TOTAL PASSIVO</b>	<b>16 203</b>	<b>283 099</b>
	<b>VALOR DO FUNDO</b>	<b>27 186 766</b>	<b>28 038 836</b>
	<b>VALOR DA UNIDADE DE PARTICIPAÇÃO</b>	<b>6,6719</b>	<b>6,4091</b>

27 28

### 3. Demonstração dos Resultados do Fundo de Pensões Banco Santander Totta Referente ao Período Findo EM 31 de Dezembro de 2025

#### Informação Agregada dos Subfundos

Notas	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	2025-12-31	2024-12-31
13	Contribuições	50 081 754	29 234 822
14	Pensões, capitais e prémios únicos vendidos	79 670 651	78 580 606
12	Ganhos líquidos dos investimentos	23 767 449	57 776 672
12	Rendimentos líquidos dos investimentos	18 755 910	17 423 223
	Outros rendimentos e ganhos	549 277	218 139
15	Outras despesas	2 764 064	2 961 014
	<b>Resultado líquido</b>	<b>10 699 668</b>	<b>23 106 236</b>

#### Subfundo BD – Secção A

Notas	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	2025-12-31	2024-12-31
13	Contribuições	48 147 588	14 354 908
14	Pensões, capitais e prémios únicos vendidos	69 488 527	68 770 886
12	Ganhos líquidos dos investimentos	10 046 851	49 735 548
12	Rendimentos líquidos dos investimentos	17 068 613	15 838 161
	Outros rendimentos e ganhos	544 372	62 288
15	Outras despesas	2 364 562	2 563 191
	<b>Resultado líquido</b>	<b>12 954 334</b>	<b>8 716 886</b>

#### Subfundo BD – Secção B

Notas	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	2025-12-31	2024-12-31
13	Contribuições	874 187	13 824 153
14	Pensões, capitais e prémios únicos vendidos	9 573 971	9 529 606
12	Ganhos líquidos dos investimentos	4 030 402	6 938 604
12	Rendimentos líquidos dos investimentos	1 538 373	1 388 324
	Outros rendimentos e ganhos	4 174	130 137
15	Outras despesas	281 521	284 966
	<b>Resultado líquido</b>	<b>-3 408 255</b>	<b>12 467 646</b>

77 

## Subfundo CD – Secção B

Notas	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	2025-12-31	2024-12-31
11	Contribuições	1 059 981	1 055 704
34	Períodos, capitais e prémios únicos vencidos	608 254	320 114
12	Ganhos líquidos dos investimentos	670 395	1 102 621
12	Rendimentos líquidos dos investimentos	148 523	185 759
	Outros rendimentos e ganhos	724	114
15	Outras despesas	112 981	112 857
	<b>Resultado líquido</b>	<b>1 153 590</b>	<b>1 521 704</b>

77 82

#### 4. Demonstração dos Fluxos de Caixa do Fundo de Pensões Banco Santander Totta Referente ao Período Findo em 31 de dezembro de 2025

##### Informação Agregada dos Subfundos

Notas	DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	2025-12-31	2024-12-31
	<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais</b>		
	Contribuições		
	Contribuições dos associados	47 375 941	16 519 365
	Contribuições dos participantes/beneficiários	2 705 813	12 715 457
	Transferências	0	0
	Pensões, capitais e prémios únicos vencidos	0	0
	Pensões pagas	(66 467 795)	(64 907 489)
	Prémios únicos para aquisição de rendas vitalícias	0	0
	Capitais vencidos (Resgates/Vencimentos)	(358 706)	(271 221)
	Transferências	(189 112)	0
	Encargos inerentes ao pagamento de pensões e subsídios de morte	(9 383 256)	(9 286 142)
	Prémios de seguros de risco de invalidez ou morte	(1 266 631)	(1 157 498)
	Indemnizações resultantes de seguros contratados pelo fundo	493 549	71 901
	Participação nos resultados dos contratos de seguro emitidos em nome do fundo	0	0
	Reembolsos fora das situações legalmente previstas	0	0
	Devolução por excesso de financiamento	0	0
	Remunerações	0	0
	Remunerações de gestão	(3 244 596)	(2 182 483)
	Remunerações de depósito e guarda de títulos	0	0
	Outros rendimentos e ganhos	3 968	3 995
	Outras despesas	(398 793)	(496 329)
	<b>Fluxo de caixa líquido das actividades operacionais</b>	<b>(32 741 621)</b>	<b>(48 990 443)</b>
	<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>		
	Recbimentos		
	Alienação/reembolso dos investimentos	301 243 669	546 114 075
	Rendimentos dos investimentos	17 833 061	22 455 983
	Pagamentos	0	0
	Aquisição de investimentos	(277 595 554)	(527 117 119)
	Comissões de transacção e mediação	(127 796)	(339 869)
	Outros gastos com investimentos	(313 338)	(370 266)
	<b>Fluxo de caixa líquido das actividades de investimento</b>	<b>41 040 043</b>	<b>40 742 784</b>
	<b>Variações de caixa e seus equivalentes</b>	<b>8 298 422</b>	<b>(8 247 659)</b>
	Efeitos de alterações de taxa de câmbio	(575 264)	54 445
	Caixa no início do período de reporte	41 385 361	49 578 574
	Caixa no fim do período de reporte	49 108 518	41 385 361

77 

## Subfundo BD – Secção A

Notas	DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	2025-12-31	2024-12-31
	<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais</b>		
	Contribuições		
	Contribuições dos associados	45 800 000	12 000 000
	Contribuições dos participantes/beneficiários	2 347 585	2 354 966
	Transferências		
	Pensões, capitais e prémios únicos vendidos		
	Pensões pagas	(59 530 692)	(56 291 716)
	Prémios únicos para aquisição de rendas vitalícias		
	Capitais vendidos (Remições/Vencimentos)		
	Transferências		
	Encargos inerentes ao pagamento de pensões e subsídios de morte	(8 691 204)	(8 598 334)
	Prémios de seguros de risco de invalidez ou morte	(1 266 631)	(1 157 498)
	Indemnizações resultantes de seguros contratados pelo fundo	491 549	71 901
	Participação nos resultados dos contratos de seguro emitidos em nome do fundo		
	Reembolsos fora das situações legalmente previstas		
	Devolução por excesso de financiamento		
	Remunerações		
	Remunerações de gestão	(2 638 642)	(1 921 527)
	Remunerações de depósito e guarda de títulos		
	Outros rendimentos e ganhos	1 824	3 009
	Outras despesas	(370 665)	(354 017)
	<b>Fluxo de caixa líquido das actividades operacionais</b>	<b>(23 854 874)</b>	<b>(53 893 416)</b>
	<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>		
	Recbimentos		
	Alienação/reembolso dos investimentos	265 954 726	486 734 904
	Rendimentos dos investimentos	16 145 431	20 142 327
	Pagamentos		
	Aquisição de investimentos	(247 994 255)	(428 620 132)
	Comissões de transacção e mediação	(84 447)	(333 732)
	Outros gastos com investimentos	(194 807)	(183 643)
	<b>Fluxo de caixa líquido das actividades de investimento</b>	<b>33 826 648</b>	<b>77 739 705</b>
	Variações de caixa e seus equivalentes	9 971 774	23 846 289
	Efeitos de alterações de taxa de câmbio	(541 422)	29 052
	Caixa no início do período de reporte	34 195 588	10 320 247
	Caixa no fim do período de reporte	43 625 938	34 195 588

77 87

## Subfundo BD – Secção B

Notas	DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	2025-12-31	2024-12-31
	<b>Fluxos de caixa das actividade operacionais</b>		
	Contribuições		
	Contribuições dos associados	787 000	3 734 000
	Contribuições dos participantes/beneficiários	87 187	10 090 153
	Transferências		
	Pensões, capitais e prémios únicos vencidos		
	Pensões pagas	(8 871 988)	(8 572 305)
	Prémios únicos para aquisição de rendas vitalícias		
	Capitais vencidos (Remições/Vencimentos)		
	Transferências		
	Encargos inerentes ao pagamento de pensões e subsídios de morte	(701 883)	(587 176)
	Prémios de seguros de risco de invalidez ou morte		
	Indemnizações resultantes de seguros contratados pelo fundo		
	Participação nos resultados dos contratos de seguro emitidos em nome do fundo		
	Reembolsos fora das situações legalmente previstas		
	Devolução por excesso de financiamento		
	Remunerações		
	Remunerações de gestão	(357 795)	(214 903)
	Remunerações de depósito e guarda de títulos		
	Outros rendimentos e ganhos		547
	Outros despesas	(24 128)	(135 751)
	<b>Fluxo de caixa líquido das actividades operacionais</b>	<b>(9 081 607)</b>	<b>4 214 564</b>
	<b>Fluxos de caixa das actividade de investimento</b>		
	Recebimentos		
	Alienação/reembolso dos investimentos	31 601 773	52 982 030
	Rendimentos dos investimentos	1 565 324	2 117 500
	Pagamentos		
	Aquisição de investimentos	(25 313 406)	(90 756 216)
	Comissões de transacção e mediação	(43 323)	(4 976)
	Outros gastos com investimentos	(118 532)	(186 623)
	<b>Fluxo de caixa líquido das actividades de investimento</b>	<b>7 691 836</b>	<b>(35 848 285)</b>
	<b>Variações de caixa e seus equivalentes</b>	<b>(1 389 771)</b>	<b>(31 633 721)</b>
	Efeitos de alterações de taxa de câmbio	(8 393)	13 460
	Caixa no início do período de reporte	6 494 790	38 115 051
	Caixa no fim do período de reporte	5 096 627	6 494 790

7/7 8/7

## Subfundo CD – Secção B

Notas	DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	2025-12-31	2024-12-31
	<b>Fluxos de caixa das actividade operacional</b>		
	Contribuições		
	Contribuições das associadas	788 941	785 365
	Contribuições dos participantes/beneficiários	271 040	270 338
	Transferências		
	Pensões, capitais e prémios únicos vencidos		
	Pensões pagas	(65 115)	(43 468)
	Prémios únicos para aquisição de rendas vitalícias		
	Capitais vencidos (Remições/Vencimentos)	(358 706)	(271 221)
	Transferências	(189 112)	
	Encargos inerentes ao pagamento de pensões e subsídios de morte	(170)	(432)
	Prémios de seguros de risco de invalidez ou morte		
	Indemnizações resultantes de seguros contratados pelo fundo		
	Participação nos resultados dos contratos de seguro em nome do fundo		
	Reembolsos fora das situações legalmente previstas		
	Devolução por excesso de financiamento		
	Remunerações		
	Remunerações de gestão	(248 159)	(46 052)
	Remunerações de depósito e guarda de títulos		
	Outros rendimentos e ganhos	141	439
	Outras despesas	(4 001)	(6 561)
	<b>Fluxo de caixa líquido das actividades operacionais</b>	<b>194 860</b>	<b>685 409</b>
	<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>		
	Recebimentos		
	Alienação/reembolso dos investimentos	3 687 171	6 397 140
	Rendimentos dos investimentos	122 306	100 138
	Pagamentos		
	Aquisição de investimentos	(4 287 893)	(7 740 751)
	Comissões de transacção e mediação	(26)	(1 700)
	Outros gastos com investimentos		
	<b>Fluxo de caixa líquido das actividades de investimento</b>	<b>(478 442)</b>	<b>(1 148 636)</b>
	Variações de caixa e seus equivalentes	(283 582)	(400 227)
	Efeitos de alterações de taxa de câmbio	(25 445)	11 933
	Caixa no início do período de reporte	694 982	1 143 275
	Caixa no fim do período de reporte	385 956	694 982

77 49

## 5. Divulgações às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025

(valores expressos em euros)

### Nota 1 - Identificação do Fundo, Associado(s), Adesões Coletivas e Entidade(s) Gestora(s)

O Fundo de Pensões Banco Santander Totta, adiante designado por Fundo, foi constituído em 30 de dezembro de 1988 e gerido pela Santander Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA, até 29 de novembro de 2025. A gestão e representação legal do fundo foi transferida para a Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, SA com efeitos a 30 de novembro de 2025. Tem como associado o Banco Santander Totta.

Na sequência da deliberação tomada pelo Conselho de Administração da ASF de 5 de julho de 2023, com a referência SA/CA/2023/432 e dando cumprimento ao compromisso assumido quanto à sucessiva extinção do Fundo de Pensões BANIF por transferência para o Fundo de Pensões Banco Santander Totta, em 20 de setembro de 2023, foi assinado o Contrato de Emissão/Transferência, celebrado entre o Associado, Banco Santander Totta, S.A e a Santander Pensões.

A extinção do Fundo FP Banif produziu efeitos a 31 de outubro de 2023.

Em 2 de novembro de 2023 foi formalizada a transferência dos activos do Fundo de Pensões Banif para o Fundo de pensões Santander Totta com a consequente alteração ao Contrato Constitutivo do Fundo.

A partir desta data o Fundo de Pensões Banco Santander Totta constitui-se com os seguintes subfundos:

- Subfundo BD- Secção A
- Subfundo BD- Secção B
- Subfundo CD- Secção B

Em 18 de Dezembro de 2023 foi efetuada a formalização da nova redação do Contrato de Gestão do Fundo de Pensões do Banco Santander Totta, que contempla a alteração da política de investimento, nomeadamente a alteração da classificação do fundo como artº 8 da SFDR.

### Carteira de Investimento afeta ao Subfundo BD-Secção A

O Plano de Pensões de Benefício Definido dos colaboradores do Banco Santander Totta, segue o estipulado no Acordo Coletivo de Trabalho do Sector Bancário (ACT). O plano de Pensões do Banco Santander Totta não é um plano contributivo, uma vez que as contribuições efetuadas decorrem do estabelecido no ACT.

As principais regras que regem o Fundo são as seguintes:

- Elegibilidade: Todos os funcionários que pertencem ao quadro de pessoal efetivo;
- Coberturas: Pensões de invalidez, invalidez presumível e sobrevivência, Subsídio de morte, SAMS e prémio de final de carreira;
- Tempo de serviço pensionável: Número de anos completos de serviço na banca;

- Salário pensionável: Última retribuição mensal que inclui o vencimento base e diuturnidades;
- Pensão de invalidez e invalidez presumível: Calculada pela aplicação da percentagem definida no Anexo IV do ACT ao salário pensionável (exceto diuturnidades). A este montante é adicionada a importância correspondente às diuturnidades. A esta pensão aplicam-se as deduções das pensões a pagar pelo Regime Geral de Segurança Social, conforme aplicável;
- Pensão de sobrevivência: Em caso de morte do participante enquanto ativo, a pensão será igual a 40% do salário pensionável (excluindo diuturnidades); em caso de morte de um reformado, a pensão será igual a 40% do salário pensionável (excluindo diuturnidades) a que o reformado teria direito se estivesse no ativo, na data da morte. Para os pensionistas oriundos de colaboradores ou reformados do ex-BTA, ao benefício do ACT é descontada a pensão de sobrevivência atribuída pelo Regime Geral de Segurança Social proporcional ao tempo de serviço no Banco enquanto colaborador;
- O plano de pensões prevê a existência de direitos adquiridos de acordo com a cláusula 98 do ACT;
- A atualização das pensões é automática de acordo com o disposto nas cláusulas 95 e 102 do ACT. O associado assume o pagamento de qualquer contribuição extraordinária para fazer face à referida atualização de pensões;
- SAMS: O associado efetua a contribuição por beneficiário de acordo com a sua situação e em função do estabelecido no Anexo VI do ACT, para o SAMS, entidade autónoma gerida pelo Sindicato;
- Subsídio por morte: Em caso de morte de um Participante ou de um Beneficiário (de invalidez ou invalidez presumível) haverá lugar ao pagamento de um subsídio de morte de acordo com o definido na cláusula 102 do ACT. Para a população Segurança Social o valor deste subsídio é determinado pela diferença positiva do salário ou pensão recebida no momento da morte e o valor assegurado pelo CNP (de três vezes o IAS);
- Prémio de final de carreira: A data da passagem à situação de reforma (invalidez ou invalidez presumível) ou em caso de morte no ativo, o trabalhador terá direito a um prémio no valor de 1,5 vezes a retribuição mensal efetiva auferida naquela data, conforme estabelecido na cláusula 74 do ACT;

## Carteira de Investimento afeta ao Subfundo BD-Secção B

O Plano de pensões é de Benefício Definido, designado como plano T e está subdividido em duas populações:

- População oriunda do Banif, de Benefício Definido, não contributivo, complementar à Segurança Social (Integrado), concedendo pensões complementares de reforma ao abrigo do plano de pensões original e do ACT, de acordo com as regras da Segurança Social que estiverem em vigor em cada momento (plano de pensões em vigor a 31 de dezembro de 2006);
- População oriunda do ex-BBCA, de benefício definido, não contributivo, garantindo aos Participantes, em caso de Reforma por Velhice, por invalidez ou por Antecipação ou, ainda, em caso de Reforma de Sobrevivência, o pagamento de uma pensão de reforma mensal, catorze vezes ao ano, nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho Vertical do Sector Bancário (ACTV);

## Carteira de Investimento afeta ao Subfundo CD-Secção B

O Plano de pensões é de Contribuição definida com dois planos diferenciados:

- Plano II - de contribuição definida e natureza contributiva, abrangendo os Participantes/Colaboradores do Associado admitidos no Banco até 31 de dezembro de 2006 que, nessa data, se encontravam a mais de 5 anos da data de reforma por velhice ou invalidez presumível (65 anos de idade) e que, até à data da transformação do fundo, não se tenham reformado, rescindido o contrato de trabalho ou falecido;
- Plano III - de contribuição definida e natureza contributiva, abrangendo os Participantes/Colaboradores do Associado admitidos ao serviço ativo do banco com data igual ou posterior a 1 de janeiro de 2007.

## Nota 2 – Alterações ocorridas ao plano

Durante o exercício de 2025, não ocorreu nenhuma alteração aos Planos de Pensões do Fundo.

## Carteira de Investimento afeta ao Subfundo BD-Secção A

Conforme estabelecido no Decreto-Lei nº1-A/2011, de 3 de janeiro, os trabalhadores bancários que se encontravam no ativo inscritos no CAFEB e admitidos no sector antes de 3 de março de 2009, passaram a estar abrangidos pelo Regime Geral da Segurança Social.

No final de 2011, o Banco acordou com o Governo a transferência para o Estado de responsabilidades associadas à pensões em pagamento, conforme estabelecido no Decreto-Lei 127/2011, de 31 de dezembro. De acordo com a referida legislação, apenas foram transferidas para o Estado as responsabilidades com pensões em pagamento em 31 de dezembro de 2011 previstas no regime de segurança social substitutivo, constante do instrumento de regulamentação coletiva de trabalho vigente no sector bancário (o que decorre da aplicação do ACT do Sector Bancário).

O Banco, através do seu Fundo de Pensões, mantém a responsabilidade por possíveis atualizações futuras do valor das pensões, das benefícios de natureza complementar às pensões e reforma e sobrevivência assumidas pela Segurança Social. Também o pagamento de pensões de sobrevivência a filhos e cônjuge sobrevivente, desde que referente ao mesmo trabalhador, mantém-se como responsabilidade do Fundo, assim como a pensão de sobrevivência devida a familiar do atual reformado, cujas condições de atribuição ocorram a partir de 1 de janeiro de 2012.

As alterações ocorridas no fundo do BST em 2016 são as que decorrem do acompanhamento das alterações do Acordo Coletivo de Trabalho do sector bancário publicado no BTE nº 29, de 8 de agosto de 2016.

## Carteira de Investimento afeta ao Subfundo BD e CD -Secção B

O Fundo de Pensões Banif foi constituído a 7 de dezembro de 1989 e sofreu, ao longo dos anos, diversas vicissitudes, as últimas das quais, as que resultaram da deliberação do Banco de Portugal, de proceder à resolução do seu associado, o BANIF - Banco Internacional do Funchal, S.A. (adiante designado ex-Banif). No decurso dessa resolução, parte dos Participantes foram transferidos do ex- Banif para o Banco Santander Totta (adiante designado por BST). A Resolução determinou a substituição ope legis do ex-Banif, pelo BST, enquanto Associado do Fundo de Pensões, e acarretou a extinção e transferência para outro fundo de pensões dos ativos e responsabilidades que ficaram afetos à CITANTE, S.A. Em 28 de junho de 2022 o Conselho de Administração da

Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, deliberou autorizar a extinção de quota-parte, passando a Santander Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. a gerir o Fundo.

### Nota 3 – Políticas Contabilísticas utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras

A contabilização dos valores do Fundo de Pensões observa o disposto na Norma Regulamentar n.º 12/95 – R de 6 de julho de 1995 da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões com as alterações introduzidas pelas Normas Regulamentares 12/2002 – R de 7 de maio de 2002, 8/2002 – R de 7 de maio de 2002, 10/2002 – R de 7 de maio de 2002 e 7/2007 – R de 17 de maio de 2007, as quais preveem os princípios contabilísticos, dentre os quais se destacam os seguintes:

Os valores contabilizados em Acréscimos e Decréscimos ao valor do Fundo correspondem às operações verificadas no período que decorre entre duas datas anuais consecutivas, que correspondem a 31 de dezembro de cada ano.

Os saldos das contas de Acréscimos e Decréscimos ao valor do Fundo são transferidos para a conta Valor do Fundo na data anual;

As contribuições a contabilizar na respetiva conta de Acréscimos ao valor do Fundo devem ser as efetivamente recebidas;

Os juros de títulos de rendimento fixo adquiridos, mas não recebidos, são especializados a cada fecho de carteira;

Não são contabilizados como rendimentos os juros cujo recebimento seja considerado duvidoso, assim como quaisquer juros já vencidos cujo pagamento se encontre suspenso;

A contabilização dos ganhos e perdas resultantes da alienação ou reembolso ou da avaliação das aplicações é efetuada pela diferença entre o produto da venda do investimento ou de sua cotação, e o valor pelo qual se encontra contabilizado. Estas operações são registadas nas rubricas Acréscimos e Decréscimos ao valor do Fundo;

Para efeitos da determinação do custo dos títulos vendidos é utilizado o critério Custo médio ponderado.

As demonstrações financeiras anexas correspondem a uma agregação das demonstrações financeiras individualizadas e são complementadas com as demonstrações financeiras individuais da Carteira de Investimento afeta Subfundo BD- Seção A, da Carteira de Investimento afeta Subfundo BD- Seção B e da Carteira de Investimento afeta Subfundo CD- Seção B.

#### Carteira de títulos

As compras de títulos são registadas na data da transação, pelo valor efetivo de aquisição.

A avaliação dos ativos que compõem o património do Fundo rege-se o previsto na Norma Regulamentar n.º 9/2007 – R de 28 de julho de 2007, emitida pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, a qual estabelece os critérios valorimétricos ou de avaliação dos referidos ativos:

- Os ativos que se encontrem admitidos à negociação em bolsas de valores ou em mercados regulamentados são avaliados tendo por base o respetivo preço de mercado, correspondente (a) à cotação de fecho ou ao preço de referência divulgado pela instituição gestora do mercado financeiro em que se encontrem admitidos à negociação ou (b) à cotação de fecho do mercado que apresente maior liquidez caso estejam admitidos em mais do que uma bolsa.

de valores ou mercado regulamentar. Caso estes ativos não tenham sido transacionados por período de 30 dias, apresentem reduzida liquidez, ou cujas condições económicas se tenham alterado desde a última transação efetuada, são equiparados a ativos não admitidos à cotação, sendo avaliados como se descreve de seguida:

- Os ativos que não se encontrem admitidos à negociação em bolsas de valores ou em mercados regulamentados são avaliados pela aplicação da seguinte sequência de prioridades: (a) o valor das ofertas de compra difundidas para o mercado por meios de informação especializados, caso essas ofertas sejam representativas, (b) metodologias baseadas na informação disponível relativamente à preços de mercado de ativos cujos fluxos financeiros subjacentes sejam similares, que tenham risco de crédito semelhante, sejam oriundos do mesmo sector económico e da mesma zona geográfica e que produzam resultados semelhantes perante mudanças nas condições de mercado e (c) modelos de avaliação universalmente aceites nos mercados financeiros, baseados na análise fundamental e na metodologia do teste-antes dos fluxos financeiros subjacentes.
- Os valores representativos de dívida não cotados ou cujas cotações não sejam consideradas representativas do seu presumível valor de realização, são valorizados com base na cotação que no entender da Sociedade Gestora melhor reflita o seu presumível valor de realização. Essa cotação será procurada em sistemas internacionais de informação de cotações tais como o Financial Times, a Bloomberg, a Reuters ou outros que sejam considerados credíveis pela Sociedade Gestora. Alternativamente, a cotação pode ser obtida junto de market makers da escolha da Sociedade Gestora.

## Terrenos e Edifícios

O justo valor de cada terreno ou edifício é obtido através de uma avaliação separada efetuada por um perito independente. A avaliação dos terrenos ou edifícios é efetuada: a) anteriormente à entrada do respetivo terreno ou edifício para o património do fundo de pensões; c) pelo menos uma vez em cada três anos, para os terrenos ou edifícios pertencentes ao património dos fundos de pensões fechados.

## Operações com contratos de “Futuros”

As posições abertas em contratos de futuros são valorizadas periodicamente com base nas cotações de mercado, sendo os lucros e prejuízos, realizados ou potenciais, reconhecidos como proveito ou custo nas rubricas “Ganhos ou Perdas em operações financeiras”.

A margem inicial é registada na rubrica “Outras contas de devedores”. Os ajustamentos de cotações são registados diariamente em contas de acréscimos e diferimentos do ativo ou do passivo e transferidos no dia seguinte para a conta de depósitos à ordem associada.

## Operações em moeda estrangeira

Os ativos em moeda estrangeira são convertidos em Euros com base no câmbio indicativo divulgado pelo Banco de Portugal na data de encerramento do balanço, sendo os ganhos e perdas resultantes da reavaliação cambial registados como proveitos e custos do exercício, respetivamente.

## Nota 4 – Regime Fiscal

### Em sede de IRC

Os rendimentos de Fundos de Pensões são isentos de IRC e imposto municipal sobre transações, conforme definido pelo Art.º16.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais. Nas situações em que ocorre retenção na fonte de IRC, as entidades isentas devem:

- Tratando-se de operações de compra e venda de obrigações, devem ser registadas individualmente, variação e operação, numa conta corrente com o Estado, em que se releve a débito o imposto retido na fonte por terceiros sobre os juros decorridos das obrigações adquiridas e a crédito o imposto retido pela entidade isenta sobre os juros decorridos das obrigações alienadas. O saldo desta conta será regularizado trimestralmente mediante a sua entrega ao Estado, quando credor, ou compensado, quando devedor, nas entregas do imposto retido a efetuar pela entidade isenta nos períodos subsequentes;
- Tratando-se de IRC relativo a Unidades de Participação em Fundos de Investimento Mobiliário, a entidade isenta deve registar em rubrica própria, a débito, o valor do imposto correspondente ao número de Unidades de Participação cedidas, por contrapartida da rubrica Receitas de avaliação e alienação de aplicações. O saldo a débito será regularizado aquando do pagamento dos rendimentos respeitantes a estas Unidades de Participação.

### Em sede de IVA

- Rendimentos Prediais – Isenção dos termos n.º29 do artigo 9.º do CIVA (possibilidade de renúncia à isenção de IVA).
- Juros e outras operações financeiras – Isenção nos termos n.º27 do artigo 9.º do CIVA.
- Dividendos – Não tributados.

### Em sede de IMT

- Estão isentas de IMT as aquisições de imóveis dos Fundos de Pensões e equiparáveis, constituídos de acordo com a legislação nacional (artigo 16.º, n.º 2 do EBF).

### Em sede de IMI

- Os prédios integrados em Fundos de Pensões constituídos de acordo com a legislação nacional não beneficiam de qualquer isenção ou redução em relação às taxas de Imposto Municipal de Imóveis (IMI), na sequência da revogação do artigo 49º do EBF efetuada pela Lei nº 7-A/2016, de 30 de março (QE 2016).

### Em sede de Imposto de Selo

- As comissões de gestão e de depósito pagas pelos Fundos de Pensões passaram a estar sujeitas a imposto de selo (Verba 17.3.4 da TG/S) à taxa de 4%, na sequência da entrada em vigor da Lei nº 7-A/2016, de 30 de Março (QE 2016).

## Contribuições, pensões e reembolsos

### Carteira de Investimento afeta ao Subfundo BD-Secção B

- O recebimento mensal do complemento de pensão é tributado em sede de IRS, categoria FI, ao abrigo dos artigos 112º e 53º do CIRS.

### Carteira de Investimento afeta ao Subfundo CD-Secção B

- Contribuições

As contribuições efetuadas pelo Associado são efetuadas ao abrigo do artigo 23º do CIR, na medida e na proporção em que conferem, ab initio, direitos adquiridos e individualizados.

As contribuições facultativas efetuadas pelos Participantes têm enquadramento PPR nos termos dos artigos 16º e 212 do EBF. São dedutíveis à coleta de IRS nos termos do artigo 78º do CIRS e artigo 212 do EBF.

O recebimento das contribuições efetuadas pelo Associado e recebidas sob a forma de pensão/renda é tributado em sede de IRS, categoria FI, ao abrigo dos artigos 110º e 53º do CIRS. No caso das contribuições efetuadas pelos Participantes e recebidas sob a forma de pensão/renda deve ainda ter-se em atenção o disposto no artigo 54º do CIRS (dedução de capital).

O recebimento das contribuições efetuadas pelo Associado e recebidas sob a forma de capital é tributado em sede de IRS, categoria A, aplicando-se as taxas previstas no artigo 100º do CIRS e a isenção específica do nº3 do artigo 18º do EBF. Os rendimentos de capital são tributados em sede de IRS, categoria E, nos termos dos artigos 16º e 21º do EBF.

No caso das contribuições dos Participantes, os rendimentos de capital são tributados em sede de IRS, categoria E, nos termos dos artigos 16º e 21º do EBF.

## Nota 5 – Inventário de Investimentos

A carteira de investimentos do Fundo, afeta ao subfundo BD-socção A, apresenta em 31 de dezembro de 2025 um total de 940.183.069 euros, os quais não incorporavam o valor de juros decorridos referentes a títulos de dívida no valor de 2.644.797 euros. Decomputa-se da seguinte forma:

## Contas de Investimento oferecidas Subfundo BD Seção A

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos Valias	Valor da carteira	Juros corridos
<b>Instrumentos de capital e unid. participação</b>					
<b>Fundos Investimento Mobiliário de Ações</b>					
Sant. Ac Europa EL C	27.558.485	5.972.756		33.541.271	
Invesco S&P 500C IT	13.869.895	1.462.405		15.332.300	
INVESCO SP 500 ACC	30.235.036	5.339.432		35.574.468	
ISHARES-ETF-EUR-DIS	17.000.031	2.128.949		19.128.980	
ISHARES SGP500 SWAP	1.392.179	953.260		6.345.438	
AM S&P 500 II-ETF AC	20.552.745	3.991.728		24.544.472	
X.MSCI EU SMALL CAPS	8.617.695	1.514.201		10.131.896	
iTrackers E550 ETF	16.558.000	3.678.000		20.236.000	
X-FTSE EUROPEAL E	1.001.501	23.040		1.024.541	
	<b>140.795.527</b>	<b>24.683.773</b>	-	<b>165.459.297</b>	
<b>Fundos Investimento Mobiliário de Dívida</b>					
Obr. Curto Prazo CL C	5.302.121	158.314		5.460.435	
Multicredito CI C	15.236.795	279.315		15.466.110	
GEF - FRONTIER MKT	5.063.768	887.018		5.950.786	
M&G LX-GF RA HY EUR	10.173.030	397.950		10.570.980	
DPAM L - BONDS EMK EU	3.647.455	572.460		4.219.915	
GAM STAR-CAT BOND F-	5.196.480	407.888		5.604.368	
FINN GI-FH UNEM FI	1.709.624	468.521		4.178.145	
ROBECO EUR CRED BOND	11.402.300	301.702		11.704.002	
MFS EM DEBT FUND	12.670.128	1.608.340		14.278.468	
BLUEBAY INV GRADE BD	20.046.600	546.100		20.592.700	
CANDRIAM SUS BD EC-I	19.704.600	612.800		20.317.400	
MS EUR BOND FUND	19.752.600	693.000		20.445.600	
GWS- INVEST- EU HY	10.324.930	430.430		10.755.360	
ABR S II-EU CP S2 BD	10.690.000	369.200		11.049.200	
CANDR BONDS-EUR - V	10.426.688	579.268		11.005.940	
SANT CORP BOND-X	12.651.036	411.600		13.062.636	
ETF IBAM LN	11.179.148	780.000		11.959.148	
Índices Euro Corpora	36.224.625	28.275		36.252.900	
AMUNDI EURO HIGH YIE	15.077.143	564.784		15.641.927	
Amundi EUR PAB Net 2	50.401.755	1.458.255		51.860.010	
	<b>288.870.758</b>	<b>11.480.411</b>	-	<b>300.351.169</b>	
<b>Fundos Investimento Private Equity</b>					
Fundo Bem Comum, FCR	280.235		(14.150)	266.085	
Explorer - II	877.835	26.366		904.201	
Explorer - III-CLB	545.144		(68.668)	476.475	
Altamar PE VIII FCR	7.009.631		(285.494)	6.724.137	
Altamar PEX FCR	9.741.659	48.587		9.790.246	
GSO ESDF II	6.306.179		(2.332.479)	3.973.699	
ICG SDP AA - EUR	6.629.184		(1.077.773)	5.551.411	
Sant Private Debt I	17.008.952		(1.074.846)	15.934.106	
Black Stone Cap II	11.608.181		(396.370)	11.211.811	
Unigestion World Eur	8.685.570		(1.135.253)	7.550.317	
Unigestion Europe	3.943.421		(51.989)	3.891.432	
ARDIAN Co-Inves USA	2.835.223	282.640		3.117.864	
ARDIAN Co-Inves EUR	2.820.379	544.731		3.365.110	
Partners Global Inv I5	5.672.693	337.352		6.010.045	
Partners Group Inv I8	4.137.109		(140.761)	3.996.348	
LA VICTORIA GROWTH F	3.506.032	838.734		4.344.766	
EQY INFRASTRUCTURE V	15.785.090	602.302		16.477.392	
GRINGO III	8.418.136	85.248		8.503.384	
	<b>108.811.732</b>	<b>2.855.961</b>	<b>(6.557.783)</b>	<b>105.109.910</b>	
<b>Fundos de Investimentos Mobiliário de Méz. Monetária</b>					
BNP INS EUR 3M-1 CAP	19.568.187			19.568.187	
	<b>19.568.187</b>	-	-	<b>19.568.187</b>	

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos Valias	Valor da carteira	Juros corridos
<b>Fundos Investimento Alternativos</b>					
Carteira Alternativa	1 004 108		(8 160)	995 948	
BlackstoneGSDEur 2015	6 893 581	263 923		7 157 504	
PVC	957 527			957 527	
	<b>8 855 216</b>	<b>263 923</b>	<b>(8 160)</b>	<b>9 110 979</b>	
<b>Fundos de Investimentos Imobiliários</b>					
Fundo Lazerinvest	21 276 888	232 247		21 509 235	
Newinvest Up Brisa	21 233 332	470 846		21 710 178	
	<b>42 510 321</b>	<b>709 093</b>		<b>43 219 413</b>	
<b>Total Instrumentos de capital e unid. participação</b>	<b>609 411 740</b>	<b>39 973 159</b>	<b>(6 565 942)</b>	<b>642 818 956</b>	
<b>Títulos da Dívida</b>					
<b>Títulos da Dívida Pública</b>					
AZORES 003 21/07/26	1 451 790	30 315		1 482 105	4 064
AZORES 2 163 06/4/30	3 697 860	22 320		3 720 200	64 001
AZORES 1 848 14/4/27	1 034 920	33 420		1 068 340	20 788
AZORE 1 095 27/08/36	1 047 774	10 808		1 058 582	4 032
PCB 3 175% 15/06/40	1 577 104		(15 712)	1 561 392	35 211
PCB 3 625% 12/06/54	1 672 722	12 070		1 684 800	36 290
PCB 2 875% 14/10/33	1 052 376	127		1 052 503	7 756
SPCB 2 2% 31/10/35	6 027 313		(8 610)	6 020 703	32 962
SPCB 1 9% 31/10/52	980 560		(60 550)	914 004	4 518
SPCB 3 5% 31/05/29	3 156 261		(19 138)	3 137 123	62 530
SPCB 2 4% 31/05/28	3 229 250		(11 709)	3 218 041	45 351
SPCB 2 55% 31/10/32	871 753		(1 716)	870 037	4 297
SPCB 3 55% 31/10/33	1 274 400		(13 298)	1 261 102	7 357
SPCB 3 25% 30/04/34	1 176 587		(10 496)	1 157 091	25 289
SPCB 4% 31/10/54	381 555		(26 614)	354 941	2 460
SPCB 3 45% 30/07/43	1 185 708		(42 840)	1 142 868	17 581
RAGR 2 95 02/20/35	4 188 799		(48 021)	4 140 778	112 198
SPCB 0 8 30/07/29	5 050 719	85 292		5 131 011	18 563
SPCB 3 01/31/33	3 791 437		(11 700)	3 779 736	20 676
SPCB 0 85 30/07/37	4 485 480		(5 183)	4 480 297	21 506
SPCB 1 2 31/10/40	1 518 800		(22 080)	1 495 520	4 240
SPCB 2 7 31/10/2048	1 985 556		(107 434)	1 878 122	10 553
SPCB 3 9 07/30/39	1 020 943		(28 130)	992 814	15 965
RACB 0 9% 20/02/32	4 664 320	33 429		4 699 958	40 777
SPCB 2 9 31/10/2046	2 974 260		(400 831)	2 573 329	43 359
ANDAL 2 4% 30/04/32	1 190 150	7 988		1 198 138	20 219
ANDAL 3 4% 30/04/34	1 757 378		(5 985)	1 761 393	40 101
ANDAL 3 2% 30/04/30	1 823 294		(3 813)	1 819 481	38 605
GAJAR 0 714 31/10/31	1 539 702	35 100		1 574 802	2 183
BASQUE 0 89 30/04/30	1 467 347	35 089		1 502 437	6 281
EU 0 22/04/31	476 794	7 305		424 159	
EU 0 04/07/35	2 694 430	5 877		2 700 307	
EU 0 04/07/29	1 557 348	44 839		1 602 187	
BGB 1 9% 22/05/38	4 093 038		(184 610)	4 308 426	58 471
BGB 3 3% 22/05/54	716 153		(86 992)	629 160	13 087
BGB 3 5% 22/05/95	900 078		(107 268)	801 811	17 174
SPCB 1 30/07/43	6 158 396		(169 351)	6 029 204	38 691
DBR 0 15/08/50	3 185 764		(299 156)	2 886 628	
DBR 0 15/05/35	3 125 240		(56 680)	3 068 560	
DBR 0 15/05/38	1 095 244		(45 116)	1 040 128	
DBR 1% 15/05/38	5 248 021		(197 722)	5 550 299	44 643
DBR 1 7 15/08/37	16 766 078		(245 673)	16 320 398	126 709
LUNCAL 0 268 30/7/28	1 583 391	48 565		1 631 956	1 952
LUNGA 3 296 30/04/31	4 050 273		(14 937)	4 035 337	88 012
	<b>129 224 737</b>	<b>424 820</b>	<b>(2 265 115)</b>	<b>127 384 242</b>	<b>1 167 472</b>

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais Valias	Menos Valias	Valor da carteira	Juros corridos
FRTF 2% 25/11/32	5 017 410	4 158		5 021 568	70 948
FRTF 3% 25/05/34	1 201 801		(144 230)	1 057 651	24 976
FRTF 3,5% 25/11/33	1 237 634		(17 648)	1 219 986	4 308
NETHER 2,5% 15/01/30	4 338 614		(30 014)	4 308 600	113 377
NETHER 2,5% 15/07/34	6 197 994		(53 889)	6 144 105	73 947
BTPS 4,45% 09/01/43	2 392 930		(30 688)	2 361 943	33 774
BTPS 4,5% 01/10/53	1 333 975		(53 063)	1 280 913	54 277
BTPS 4,35% 01/11/28	3 952 185			3 952 185	26 924
BTPS 3,35% 01/07/20	5 191 270		(5 863)	5 185 353	84 455
BTPS 3,45% 15/07/31	4 436 717	40 206		4 476 923	69 984
BTPS 2,45 07/15/27	8 144 580		(78 160)	8 066 420	143 042
BTPS 4,3 10/01/54	2 615 727		(43 968)	2 571 759	28 214
BTPS 3,85 01/08/35	12 384 583	67 156		12 451 741	186 153
BTPS 2,05% 15/08/28	8 435 555		(3 267)	8 432 288	10 368
BTPS 2,7% 01/10/30	9 006 276	3 616		9 011 892	61 711
BTPS 3,25% 15/11/32	2 337 008	26 280		2 418 288	10 127
BTPS 4,85% 01/10/55	398 240	18 420		410 660	4 701
FRTF 1,25 25/03/28	2 604 714		(62 230)	2 562 483	34 353
FRTF 0,5% 25/05/29	4 067 127	20 811		4 207 938	15 253
FRTF 0,5% 25/05/40	12 750 419		(358 460)	12 391 959	60 513
FRTF 0,75 25/07/28	4 268 595	85 635		4 354 200	28 864
FRTF 0,25/11/31	1 973 850	45 624		2 019 480	
SPGB 5,15% 31/10/28	1 357 383		(25 717)	1 331 678	16 927
ED 0,01 15/11/35	609 373		(520)	608 853	11
SPGM 3,45% 31/10/34	397 579		(13 000)	384 480	5 801
FRTF 3,15 25/07/32	1 927 748	3 189		1 925 937	64 857
RAGB 3,8% 20/09/33	830 368		(897)	829 471	7 712
ICD 2,65 31/01/28	8 610 152	18 432		8 628 584	87 938
ICD 3,05% 31/10/27	829 468		(319)	829 149	4 238
KFW 2,75% 15/03/28	5 068 800		(10 100)	5 052 700	110 000
KFW 0,01 05/05/27	3 798 380	93 920		3 890 280	264
MADRID 0,42 04/30/31	4 881 312	159 172		5 040 425	16 149
ADIFALE 1,25 31/11/30	8 795 344	36 728		8 832 072	109 915
NETHER 0%, 15/01/29	13 021 080	278 018		13 299 098	
	<b>275 807 136</b>	<b>1 327 926</b>	<b>(3 183 515)</b>	<b>274 051 547</b>	<b>2 583 336</b>
<b>Títulos da Dívida Privada</b>					
SAUDCR 0,491 1/10/27	4 016 157	133 128		4 149 285	6 322
RINF 1,375 26/03/28	893 130	33 820		946 950	10 585
EUROB 6,025% PERP	1 473 000	53 384		1 526 384	7 500
RABOEX 3,25% PERP	4 248 000	115 500		4 363 500	1 179
CEPSA 0,75% 12/02/28	2 508 354	72 360		2 580 714	17 920
ALPHA 7,5% PERP	838 000	29 072		867 072	18 729
	<b>13 924 641</b>	<b>457 278</b>		<b>14 431 917</b>	<b>83 242</b>
<b>Total de Títulos de Dívida</b>	<b>289 881 777</b>	<b>1 785 203</b>	<b>(3 183 515)</b>	<b>288 483 465</b>	<b>2 664 707</b>
<b>Outras Aplicações</b>					
<b>Produtos Estruturados</b>					
Xeno Capital 12/44	9 800 000		(776 000)	9 024 000	
	<b>9 800 000</b>		<b>(776 000)</b>	<b>9 024 000</b>	
<b>Inst. Financeiras Derivadas</b>					
HY GR20/02/28 C93.5	(61 333)		(104 191)	(145 524)	
HY GR20/02/28 P85.5	2 172			2 172	
	<b>(39 161)</b>		<b>(104 191)</b>	<b>(143 352)</b>	
<b>Total Outras Aplicações</b>	<b>9 760 839</b>		<b>(880 191)</b>	<b>8 880 648</b>	
<b>TOTAL CARTEIRA DE TITULOS</b>	<b>999 642 616</b>	<b>41 758 361</b>	<b>(10 629 648)</b>	<b>940 780 669</b>	<b>2 644 707</b>

A carteira de investimentos do Fundo, afeta ao subfundo BO-seção B, apresenta em 31 de dezembro de 2025 um total de 117 902 777 euros, os quais não incorporavam o valor de juros decorridos referentes a títulos de dívida no valor de 4 161 euros. Decomponha-se da seguinte forma:

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos Valias	Valor da carteira	Juros corridos
<b>Instrumentos de capital e Unid. participação</b>					
<b>Ações</b>					
Zon Madeira	693 278	259 014		952 292	
	<b>693 278</b>	<b>259 014</b>		<b>952 292</b>	
<b>Fundos Investimento Mobiliário de Ações</b>					
CORAL STUDENT PORTFO	3 353 731	153 913		3 507 643	
INVESCO SP 500 ACC	3 177 932	356 558		3 736 489	
ISHARES SP500 AMST	4 532 798	181 193		4 713 990	
ISHARES ETF EUR DIS	6 305 986	1 109 415		7 505 401	
iTrackers ES50 ETF	2 211 921	713 458		3 925 379	
X FTSE EUROPE REAL E	134 254	3 089		137 343	
Ammi S&P 500 II DI	1 515 956	46 048		1 562 002	
AM S&P 500 II-ETF HA	1 663 000	259 500		1 922 500	
	<b>22 895 577</b>	<b>3 115 171</b>		<b>27 010 748</b>	
<b>Fundos Investimento Mobiliário de Dívida</b>					
AMUNDI ULT SHT BD SF	4 330 656	112 558		4 443 215	
OSTRUM GLB SUB DEBT	0	0		0	
BLUEBAY INV GR EURO	8 022 463	94 523		8 116 987	
GAMSTAR-CAT BOND F	779 466	61 063		840 529	
ROBEKO EUR CRED BOND	2 687 215	71 103		2 758 318	
BLUEBAY INV GRADE BD	4 200 240	114 840		4 315 080	
CANDRIAM SUS BD EC-I	4 137 966	328 688		4 266 654	
MSZUR BOND FUND	4 138 640	140 300		4 283 840	
MPS MERID- EURO CRED	2 736 000	63 380		2 799 380	
ABR S II-EU CP SU BD	4 111 800	139 832		4 251 632	
ETF IEMBLN	1 130 141	65 774		1 195 915	
TRACKERS II EUROZON	14 770 980	108 443		14 879 423	
X EUR HIGH YIELD COR	1 381 774	46 446		1 437 220	
ISHARES CORE EURO GO	8 421 000		(117 750)	8 303 250	
AMUN EURO GOV SD ETF	16 337 064	188 922		16 525 986	
ETF X II EUR CPS 1-D	2 852 800	15 000		2 867 800	
Ammi EUR PAB Net I	2 858 807	82 707		2 941 514	
	<b>82 906 313</b>	<b>1 438 460</b>	<b>(117 750)</b>	<b>84 227 023</b>	
<b>Fundos Investimento Mobiliário do Merc Monetário</b>					
BAP INS EUR 3M I CAP	2 332 742	17 114		2 349 856	
	<b>2 332 742</b>	<b>17 114</b>		<b>2 349 856</b>	
<b>Fundos Investimento Private Equity</b>					
GREFF EURO REAL C	18 864		(1 126)	17 737	
	<b>18 864</b>		<b>(1 126)</b>	<b>17 737</b>	
<b>Total Instrumentos de capital e Unid. Participação</b>	<b>109 846 774</b>	<b>4 829 759</b>	<b>(118 876)</b>	<b>114 557 657</b>	
<b>Títulos de Dívida</b>					
<b>Títulos de Dívida Privada</b>					
BENA 1,125% 04/10/27	566 250	16 500		582 750	1 646
CLEF Float 30/12/50	2 708 133		(16 557)	2 781 576	2 515
	<b>3 364 383</b>	<b>16 500</b>	<b>(16 557)</b>	<b>3 364 326</b>	<b>4 161</b>
<b>Total de Títulos de Dívida</b>	<b>3 364 383</b>	<b>16 500</b>	<b>(16 557)</b>	<b>3 364 326</b>	<b>4 161</b>
<b>Outras Aplicações</b>					
<b>Instrum. Financeiros Derivados</b>					
IHY 0820/07/26 C91 S	(5 538)		(13 959)	(19 497)	
IHY 0820/02/26 P85 S	291			291	
	<b>(5 247)</b>		<b>(13 959)</b>	<b>(19 206)</b>	
<b>TOTAL CARTEIRA DE TÍTULOS</b>	<b>118 205 910</b>	<b>4 846 259</b>	<b>(149 392)</b>	<b>117 902 777</b>	<b>4 161</b>

A carteira de investimentos do Fundo, afeta ao subfundo CD (secção B), apresenta em 31 de dezembro de 2025 um total de 26 783 426 euros, os quais não incorporavam o valor de juros decorridos referentes a títulos de dívida no valor de 2 787 euros. Decomponha-se da seguinte forma:

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos Valias	Valor da carteira	Juros corridos
<b>Instrumentos de capital e Unid. participação</b>					
<b>Fundos Investimento Mobiliária de Ações</b>					
CORAL STUDENT PORTFO	3 469 376	159 220		3 628 597	
ISHARES SPS500 AMST	1 238 965	49 326		1 288 291	
ISHARES ETF EUR DJS	843 285	160 195		1 003 480	
Xtrackers E550 ETF	1 024 875	229 875		1 254 750	
X FTSE EUROPE REAL E	26 369	811		27 181	
AM SSP 500 II-ETF HA	685 200	103 800		789 000	
	<b>7 276 271</b>	<b>703 427</b>	<b>-</b>	<b>7 981 698</b>	
<b>Fundos Investimento Mobiliária de Dívida</b>					
BLUEWAY INV GR EURO	1 817 980	21 420		1 839 400	
GAM STAR-CAT BOND F-	129 911	10 177		140 088	
ROBECO EUR CRED BOND	504 821	13 357		518 178	
BLUEWAY INV GRADE BD	182 772	21 402		204 174	
CANDRIAM SUS BD EC-I	788 044	24 508		812 552	
MS EUR BOND FUND	799 510	38 050		837 560	
MPS MERIDH-EURO CREDH	141 100	12 940		154 040	
ABR S II-III CPSU BD	801 000	27 240		828 240	
ETF IEMB LN	226 078	13 155		239 233	
XTRACKERS II EUROZON	2 724 489	20 002		2 744 491	
E EUR HIGH YIELD COH	355 087	8 515		363 602	
ISHARES CORE EURO GD	1 347 360		(18 840)	1 328 520	
AMUN EURO GOV BD ETF	3 168 036	35 720		3 203 756	
ETF X II EUR CPS I-D	542 032	2 850		544 882	
Amundi EUR PAB Nel z	528 586	15 236		543 822	
	<b>14 955 135</b>	<b>254 181</b>	<b>(18 840)</b>	<b>15 190 477</b>	
<b>Fundos Investimento Private Equity</b>					
Quiltes Fund II B	511 177	6 642		517 819	
Altana Fund III	414 880		(54 760)	360 120	
GREFF EURO REAL C	6 847		(409)	6 438	
GOLDCREST FUND III	171 356		(99 712)	71 644	
	<b>1 104 260</b>	<b>6 642</b>	<b>(124 881)</b>	<b>986 021</b>	
<b>Fundos de Investimentos Merc. Monetário</b>					
RNF IRS EUR 3M-I CAP	1 347 759	5 946		1 353 705	
	<b>1 347 759</b>	<b>5 946</b>	<b>-</b>	<b>1 353 705</b>	
<b>Fundos de Investimentos Imobiliário</b>					
GOLDCREST AF II FEED	72 180		(27 203)	44 978	
SPECIAL OPPO IV FUND	380 920	40 732		421 652	
	<b>453 100</b>	<b>40 732</b>	<b>(27 203)</b>	<b>466 630</b>	
<b>Total Instrumentos de capital e Unid. Participação</b>	<b>25 180 524</b>	<b>1 010 929</b>	<b>(170 923)</b>	<b>25 978 530</b>	
<b>Títulos de Dívida</b>					
<b>Títulos de Dívida Privada</b>					
BCPP 4,5% 07/12/27	325 530		(2 430)	323 100	1 415
RENA 1,125% 04/10/27	471 875	13 750		485 625	1 372
	<b>797 405</b>	<b>13 750</b>	<b>(2 430)</b>	<b>808 725</b>	<b>2 787</b>
<b>Total de Títulos de Dívida</b>	<b>797 405</b>	<b>13 750</b>	<b>(2 430)</b>	<b>808 725</b>	<b>2 787</b>
<b>Outras Aplicações</b>					
<b>Instrum. Financeiros Derivados</b>					
HW CR20/07/26 C93.S	(1 104)		(2 782)	(3 886)	
HW CR20/07/26 P83.S	58			58	
<b>Total Outras Aplicações</b>	<b>(1 046)</b>	<b>-</b>	<b>(2 782)</b>	<b>(3 828)</b>	
<b>TOTAL CARTEIRA DE TÍTULOS</b>	<b>25 934 883</b>	<b>1 024 679</b>	<b>(176 136)</b>	<b>26 783 426</b>	<b>2 787</b>

O valor apresentado corresponde às mais e menos valias potenciais dos títulos em carteira e respetam a diferença entre o valor de cotação a 31 de dezembro de 2025 e:

- valor pelo qual se encontrava contabilizado à data de 31 de dezembro de 2024 (valor de cotação do ano anterior), no caso de títulos já detidos no ano anterior ou;
- o respetivo valor de aquisição, no caso de títulos adquiridos durante o período de 2025;

## Nota 6 – Imóveis

O Fundo detém, na sua carteira de investimentos afeta ao subfundo BD-seção A, imóveis avaliados em 24 577 000 euros. Durante o exercício de 2025, foi registada uma mais-valia decorrente do registo do valor de mercado dos imóveis tendo em consideração as avaliações realizadas durante o exercício de 2025 no valor global de 399 165 euros (450 716 euros referentes a mais valias e 51 551 euros referentes a menos valias), conforme se discrimina de seguida:

### Mais valias geradas

Imóvel	Valor	Valor	Mais valia
	31.12.2025	31.12.2024	avaliação
Rua do Alportel e Rua do Sol, Faro	4 132 000	4 041 000	91 000
Rua Serpa Pinto, n.º 119, Paredes - Fração A	233 500	141 988	91 512
Gaveto R. Augusto Nogueira da Silva e R. Igreja, 52 A, Castelo Mala - Fração P	354 700	339 592	15 108
Rua Horta de São Pedro, 16, Portimão - Fração E	232 100	190 000	42 100
Rua Cândido dos Reis, 174, Amarante - Fração A	157 000	137 300	19 700
Rua Cândido dos Reis, 174, Amarante - Fração B	130 000	115 700	14 300
Rua João Augusto Salsas, 1, Queifas, Oihão - Fração A	189 200	139 400	49 800
Rua Adelino Amaro Costa - lotes 3 a 6, Aveiro - Fração A	217 800	172 000	45 800
Praça da República, 48 R/C Dto, Sacavém - Fração A	180 000	152 600	27 400
Avenida Dr. Aresta Branco, 17G, Costa de Caparica - Fração B	249 700	222 700	27 000
Avenida Eng. Duarte Pacheco, 21, Lisboa - Fração A	3 506 700		26 996
<b>TOTAL</b>	<b>9 582 700</b>	<b>5 652 280</b>	<b>450 716</b>

### Menos valias geradas

Imóvel	Valor	Valor	Menos valia
	31.12.2025	31.12.2024	avaliação
Rua Serpa Pinto, n.º 119, Paredes - Fração B	39 000	64 751	(25 751)
Rua António Varela Pinto, 1, Pombal - Fração B	173 400	182 200	(8 800)
Rua Horta de São Pedro, 16, Portimão - Fração D	57 000	74 000	(17 000)
<b>TOTAL</b>	<b>269 400</b>	<b>320 951</b>	<b>(51 551)</b>

No exercício de 2025 o Fundo de Pensões do Banco Santander Totta, adquiriu para a carteira afeta ao subfundo BD-seção A, o imóvel sito na Avenida Eng. Duarte Pacheco, 21, Lisboa - Fração A, pelo valor de 3 479 704 euros (3 450 000 euros valor de aquisição e 29 704 euros custos com escritura). Ainda no decurso do ano de 2025 o referido imóvel foi avaliado, gerando uma mais-valia de 26 996 euros.

A tabela abaixo sintetiza, por imóvel, os métodos utilizados na avaliação dos mesmos, bem como o ano da última avaliação realizada.

#### Carteira de Investimento afeta ao Subfundo BD-Secção A

Imóvel	Valor	Valor	Ano	Método de Avaliação
	31.12.2025	31.12.2024		
Rua Serpa Pinto, n.º 119, Paródes - Fração A	233 500	141 988	2 025	Método do Rendimento
Rua Serpa Pinto, n.º 119, Paródes - Fração B	38 000	64 751	2 025	Método do Rendimento
Rua João Augusto Sara, 1, Quilfes, Oitão - Fração A	185 200	139 400	2 025	Método do Rendimento
Rua Adolfo Amaro Costa - lotes E a G, Avare - Fração A	217 600	172 000	2 025	Método do Rendimento
Rua Cândido dos Reis, 174, Amanside - Fração A	157 000	177 300	2 025	Método do Rendimento
Rua Cândido dos Reis, 174, Amanside - Fração B	130 000	115 700	2 025	Método do Rendimento
Rua António Maria Pinho, 1, Paredão - Fração B	173 400	182 200	2 025	Método do Rendimento
Rua Horta de São Pedro, 18, Portimão - Fração D	57 000	74 000	2 025	Método do Rendimento
Rua Horta de São Pedro, 16, Portimão - Fração E	232 100	160 600	2 025	Método do Rendimento
Caveto R. Augusto Nogueira da Silva n.º 1, Regra, 52 A, Castilho Maia - Fração P	354 700	339 592	2 025	Método do Rendimento
Rua do Alportel e Rua do Sol, Faro	4 132 000	4 041 000	2 025	Método do Rendimento
Prac. da República, 49 R/C Dto, Sacavém - Fração A	180 000	152 600	2 025	Método do Rendimento
Avenida Dr. Aresta Branco, 17G, Costa de Espinha - Fração B	249 700	222 700	2 025	Método do Rendimento
Territo em Vale do Cresco, Estância, Lagoa	349 000	349 000	2 023	Método do Valor Residual Específico
Rua da Mesquita, 6, Lisboa - Fração B	516 000	516 000	2 023	Método do Rendimento
Rua da Mesquita, 6, Lisboa - Fração C	469 000	469 000	2 023	Método do Rendimento
Rua da Mesquita, 6, Lisboa - Fração D	663 000	663 000	2 023	Método do Rendimento
Rua da Mesquita, 6, Lisboa - Fração E	663 000	663 000	2 023	Método do Rendimento
Rua da Mesquita, 6, Lisboa - Fração F	663 000	663 000	2 023	Método do Rendimento
Rua da Mesquita, 6, Lisboa - Fração G	469 000	469 000	2 023	Método do Rendimento
Rua da Mesquita, 6, Lisboa - Fração P	2 691 000	2 691 000	2 023	Método do Rendimento
Rua da Mesquita, 6, Lisboa - Fração Q	2 692 000	2 692 000	2 023	Método do Rendimento
Rua da Mesquita, 6, Lisboa - Fração R	336 000	336 000	2 023	Método do Rendimento
Rua da Mesquita, 6, Lisboa - Fração T	333 000	333 000	2 023	Método do Rendimento
Rua da Mesquita, 6, Lisboa - Fração Y	2 627 000	2 627 000	2 023	Método do Rendimento
Largo da República, nº 8, Valença - Fração A1	115 800	115 800	2 023	Método Comparativo
Rua Rangel de Lima, Pampilhosa da Serra - Fração B	67 800	67 800	2 024	Método do Rendimento
Rua Rangel de Lima, Pampilhosa da Serra - Fração C	73 400	73 400	2 024	Método do Rendimento
Rua Dr. Sebastião Alcântara, 1, Marquês - Fração A	134 200	134 200	2 024	Método do Rendimento
Av.º Duval n.º 274, Estremoz - Fração D	166 800	166 800	2 024	Método do Rendimento
Av.º Camilo Torres de Matos, 131, Vale de Cambra - Fração H	204 200	204 200	2 024	Método do Rendimento
Rua Dr. Florindo Tascão, 131 e 133 em V.N. Gaia - Fração B1	193 000	193 000	2 023	Método do Rendimento
Territo em Tronã, Carvalhal, Grândola	1 001 000	1 001 000	2 024	Método Comparativo
Av.º Alfredo da Silva, 22 e 22 B, Barcelos - Fração L	122 600	122 600	2 024	Método do Rendimento
Rua Dr. António Fialas, 68 C R/C, Feijó, Alameda - Fração BG	404 000	404 000	2 024	Método do Rendimento
Rua de Tesor, 120 R/C, Oitão de Matos - Fração A	234 000	234 000	2 023	Método do Rendimento
Avenida Eng. Duarte Pacheco, 21, Lisboa - Fração A	3 506 700		2 025	Método do Rendimento
	<b>24 577 000</b>	<b>20 698 181</b>		

Os imóveis detidos pelo Subfundo BD-Secção A geraram rendimentos sob forma de rendas no valor total de 1 352 100 euros (1 245 660 euros em 2024), tendo sido deferidas as rendas referentes ao mês de janeiro de 2026, no valor de 131 398 euros recebidas pelo Fundo em dezembro de 2025 e que se encontram registadas na rubrica Acréscimos e Diferimentos - Passivo (Vide Nota 11).

O Fundo detém, na sua carteira de investimentos afeta ao subfundo BD-seção B, imóveis avaliados em 10 904 508 euros. Durante o exercício de 2025, foi registada uma mais-valia decorrente do registo do valor de mercado dos imóveis tendo em consideração as avaliações realizadas durante o exercício de 2025 no valor global de 378 057 euros (417 057 euros referentes a mais valias e 39 000 euros referentes a menos valias), conforme se discrimina de seguida:

Mais-valias geradas

Imóvel	Valor	Valor	Mais valia avaliação
	31.12.2025	31.12.2024	
Edifício Reprotur, (frac.H) Caniço	56 000	49 000	7 000
Rua Eng <sup>o</sup> José Cordeiro, 83, Ponta Delgada	803 000	733 000	80 000
Rua Castilho, 32, (frac.A) Lisboa	1 627 800	1 540 000	87 800
Av <sup>o</sup> 25 de Abril, 93, (frac.B) Cascais	1 454 000	1 291 843	162 157
Av <sup>o</sup> 25 de Abril, 48, (ZZZZZ) Almada	728 200	648 100	80 100
<b>TOTAL</b>	<b>4 669 000</b>	<b>4 251 943</b>	<b>417 057</b>

Menos-valias geradas

Imóvel	Valor	Valor	Menos valia avaliação
	31.12.2025	31.12.2024	
Rua de Jesus, 27, Santa Cruz	484 000	523 000	(39 000)
<b>TOTAL</b>	<b>484 000</b>	<b>523 000</b>	<b>(39 000)</b>

No exercício de 2025 o Fundo de Pensões do Banco Santander Totta, alienou os imóveis abaixo identificados, afeta ao subfundo BD-seção B, o qual gerou uma menos-valia 109 780 euros (14 920 euros referentes a mais-valias e 124 700 euros referentes a menos-valias), conforme se apresenta

Imóvel	Valor da alienação	Valor em Balanço	Valia alienação
Av <sup>o</sup> D. João III, (BB-B) São Pedro - Ponta Delgada	500 000	493 000	7 000
Av <sup>o</sup> Miguel Bombarda, 123/123A, (frac.A) Lisboa	500 000	624 700	(124 700)
Rua Dr. Julio Constantino, n <sup>o</sup> 43, (AA) Cova da Iria	168 000	160 080	7 920
<b>TOTAL</b>	<b>1 168 000</b>	<b>1 277 780</b>	<b>(109 780)</b>

A tabela abaixo sintetiza, por imóvel, os métodos utilizados na avaliação dos mesmos, bem como o ano da última avaliação realizada.

Carteira de Investimento afeta ao Subfundo BD-Seção B

Imóvel	Valor	Valor	Ano	Método de Avaliação
	31.12.2025	31.12.2024		
Edifício Reprotur, (frac.H) Caniço	56 000	49 000	2025	Método do rendimento
Av <sup>o</sup> D. João III, (BB-B) São Pedro - Ponta Delgada		493 000	2022	Método do rendimento
Av <sup>o</sup> Miguel Bombarda, 123/123A, (frac.A) Lisboa		624 700	2022	Método comparativo
Rua Eng <sup>o</sup> José Cordeiro, 83, Ponta Delgada	803 000	733 000	2025	Método do rendimento
Rua de Jesus, 27, Santa Cruz	484 000	523 000	2025	Método do rendimento
Rua Castilho, 32, (frac.A) Lisboa	1 627 800	1 540 000	2025	Método comparativo
Rua Dr. Julio Constantino, n <sup>o</sup> 43, (AA) Cova da Iria		160 080	2022	Método comparativo
Av <sup>o</sup> 25 de Abril, 93, (frac.B) Cascais	1 454 000	1 291 843	2025	Método do rendimento
Av <sup>o</sup> 25 de Abril, 48, (ZZZZZ) Almada	728 200	648 100	2025	Método do rendimento
Av <sup>o</sup> Columbano Bordalo Pinheiro, 75, (frac. 8M) Lisboa	25 400	25 400	2024	Método do rendimento
Av <sup>o</sup> Columbano Bordalo Pinheiro, 75, (frac. 8N) Lisboa	22 600	22 600	2024	Método do rendimento
Av <sup>o</sup> Columbano Bordalo Pinheiro, 75, (frac. 8O) Lisboa	31 000	31 000	2024	Método do rendimento
Av <sup>o</sup> Columbano Bordalo Pinheiro, 75, (frac. H) Lisboa	1 170 900	1 170 900	2024	Método do rendimento
Av <sup>o</sup> Columbano Bordalo Pinheiro, 75, (frac. I) Lisboa	586 500	586 500	2024	Método do rendimento
Av <sup>o</sup> Columbano Bordalo Pinheiro, 75, (frac. J) Lisboa	559 100	559 100	2024	Método do rendimento
Av <sup>o</sup> Columbano Bordalo Pinheiro, 75, (frac. L) Lisboa	1 178 300	1 178 300	2024	Método do rendimento
Av <sup>o</sup> Columbano Bordalo Pinheiro, 75, (frac. M) Lisboa	631 500	631 500	2024	Método do rendimento
Av <sup>o</sup> Columbano Bordalo Pinheiro, 75, (frac. N) Lisboa	631 700	631 700	2024	Método do rendimento
Rua C. Zina Indatário, (11F1, 62, 63 e 64, R-A, Castelo Branco	934 508	934 508	2024	Método do rendimento
	<b>10 504 508</b>	<b>11 804 231</b>		

Os imóveis detidos pelo Subfundo BO-Secção B geraram rendimentos sob a forma de rendas no valor total de 951 091 euros (773 098 euros em 2024), tendo sido diferidas as rendas referentes ao mês de janeiro de 2026, no valor de 70 135 euros, recebidas pelo Fundo em dezembro de 2025 e que se encontram registadas na rubrica Acréscimos e Diferimentos – Passivo (Vide Nota 11).

## Nota 7 – Riscos associados à carteira de investimentos

### • Risco de Rendimento

- O Fundo não apresenta garantia de rentabilidade;
- O Fundo está sujeito ao risco associado aos ativos que integram a sua carteira, variando o seu valor em função desse facto. O Fundo está sujeito, na sua componente obrigacionista, ao risco de taxa de juro de curto e de longo prazo. Adicionalmente o Fundo está sujeito ao risco de crédito e financeiro.

### • Risco de Crédito

- Como risco de crédito entende-se a capacidade financeira dos emittentes das obrigações que integram o património do Fundo para satisfazer os compromissos financeiros daí decorrentes.

### • Risco de Taxa de Juro

- Os preços das obrigações que integram a carteira do fundo variam em sentido contrário ao da variação das taxas de juro. Desta forma, caso se verifique uma subida das taxas de juro, os preços das obrigações detidas pelo fundo sofrerão uma desvalorização e o valor do Fundo registará uma diminuição, tendo, no entanto, um efeito positivo na remuneração do reinvestimento do cupão. Inversamente, uma descida nas taxas de juro determinará uma valorização das obrigações e consequentemente do Fundo.

### • Risco Financeiro

- Como risco financeiro entende-se: risco de variação de preços dos ativos que compõem a carteira; risco de variação das taxas de juros de curto prazo ou de longo prazo que se traduz em risco de reinvestimento dos fundos em cada momento aplicados; risco de flutuações cambiais, que se traduz em alterações no valor das posições em moeda estrangeira, quando convertidas em euros.

### • Risco Liquidez

- Entende-se como liquidez não o nível de cash que os fundos devem ter, mas sim a capacidade do Fundo em vender os ativos que detém em carteira de uma forma cólere e com o mínimo impacto material.

### • Risco Fiscal

- Uma alteração adversa do regime fiscal poderá diminuir a remuneração potencial dos ativos do Fundo.

- **Risco de conflitos de interesse**

- O Fundo poderá adquirir emissões de entidades que fazem parte do mesmo grupo económico da Sociedade Gestora, o qual tem o Banco Santander como entidade dominante.

### **Objetivos, Políticas e Procedimentos de Gestão de Risco, Métodos de Mensuração de Risco**

A gestão dos riscos está sob primeira responsabilidade da Administração da Santander Pensões a quem compete a definição da estratégia e do perfil de risco adequados. A aplicação concreta da estratégia definida e a manutenção da atividade dentro do perfil de risco, competem a diversas áreas e a todos os níveis da estrutura, tanto numa perspetiva global como dentro de cada área de atividade.

Foram aprovados em Comité de Riscos da Santander Pensões os seguintes manuais: Manual de Controlo de Crédito, Manual de Controlo de Riscos de Mercado e de Performance, Manual de Controlo de Risco Operacional, onde estão descritos os métodos para mensurar os diferentes tipos de riscos, nomeadamente os seguintes:

- **Risco de Liquidez** – É analisada a posição dos ativos dos fundos distribuídos por classe de ativos, ordenadas por critérios de liquidez, incorporando a informação sobre os ativos não líquidos da carteira de acordo com o procedimento de controlo da liquidez das carteiras.
- **Performance & Benchmarking** – É analisada a rentabilidade do Fundo e respetiva comparação com a concorrência.
- **Risco de Crédito** – Estabelecimento e seguimento dos limites de crédito por contraparte, assim como do rating médio da carteira. São acompanhados eventuais excessos e definidas medidas corretivas, assim como a concentração do património por tipo de ativos.
- **Risco de Mercado** – É reportado o acréscimo de perda potencial máximo por uso de derivados no fundo vigiando para que todos os valores estejam dentro dos limites definidos e limites legais. É igualmente reportada e seguida a evolução da modified duration do fundo.
- **Risco Operacional** – Análise do número de erros mensais e do impacto em custos devido a erros operacionais.
- **Risco Regulamentar** – São reportados eventuais excessos e medidas de regularização, assim como a síntese de cumprimento das diversas obrigações legais e regulamentares que são acompanhadas detalhadamente no Comité de Compliance.

### **Análise de Sensibilidade**

Com base nas carteiras a 31 de dezembro de 2025 fomos calcular o impacto, medido em pontos base (pb), no valor do Fundo.

Os resultados obtidos foram os seguintes:

### Carteira de Investimento afeta ao Subfundo BD-Secção A

Ano	Cenário CRISE RUSSA - ACO/1998 (Impacto%)	Cenário CRISE ATENTADOS WTC - Set/2001 (Impacto%)	Cenário CREDIT CRUNCH - Out2007/Mar2009 - (Impacto%)	Cenário MOVIMENTO UP PARALELO + 200 bps (Impacto%)	Cenário de MOVIMENTO INCREMENTAL ASSIMÉTRICO DA CURVA (Impacto%)
2025	-1,40%	-4,38%	-11,12%	-6,34%	-7,41%

Ano	Cenário CRISE RUSSA - ACO/1998 (Impacto%)	Cenário CRISE ATENTADOS WTC - Set/2001 (Impacto%)	Cenário CREDIT CRUNCH - Out2007/Mar2009 - (Impacto%)	Cenário MOVIMENTO UP PARALELO + 200 bps (Impacto%)	Cenário de MOVIMENTO INCREMENTAL ASSIMÉTRICO DA CURVA (Impacto%)
2024	-1,36%	-3,89%	-10,82%	-6,26%	-7,46%

### Carteira de Investimento afeta ao Subfundo BD-Secção B

Ano	Cenário CRISE RUSSA - ACO/1998 (Impacto%)	Cenário CRISE ATENTADOS WTC - Set/2001 (Impacto%)	Cenário CREDIT CRUNCH - Out2007/Mar2009 - (Impacto%)	Cenário MOVIMENTO UP PARALELO + 200 bps (Impacto%)	Cenário de MOVIMENTO INCREMENTAL ASSIMÉTRICO DA CURVA (Impacto%)
2025	-1,58%	-3,83%	-12,03%	-6,31%	-7,58%

Ano	Cenário CRISE RUSSA - ACO/1998 (Impacto%)	Cenário CRISE ATENTADOS WTC - Set/2001 (Impacto%)	Cenário CREDIT CRUNCH - Out2007/Mar2009 - (Impacto%)	Cenário MOVIMENTO UP PARALELO + 200 bps (Impacto%)	Cenário de MOVIMENTO INCREMENTAL ASSIMÉTRICO DA CURVA (Impacto%)
2024	-1,31%	-3,17%	-11,71%	-6,36%	-7,84%

### Carteira de Investimento afeta ao Subfundo CD-Secção B

Ano	Cenário CRISE RUSSA - ACO/1998 (Impacto%)	Cenário CRISE ATENTADOS WTC - Set/2001 (Impacto%)	Cenário CREDIT CRUNCH - Out2007/Mar2009 - (Impacto%)	Cenário MOVIMENTO UP PARALELO DE 200 bps (Impacto%)	Cenário de MOVIMENTO INCREMENTAL ASSIMÉTRICO DA CURVA (Impacto%)
2025	-1,11%	-3,28%	-7,41%	-5,99%	-7,76%

Ano	Cenário CRISE RUSSA - ACO/1998 (Impacto%)	Cenário CRISE ATENTADOS WTC - Set/2001 (Impacto%)	Cenário CREDIT CRUNCH - Out2007/Mar2009 - (Impacto%)	Cenário MOVIMENTO UP PARALELO DE 200 bps (Impacto%)	Cenário de MOVIMENTO INCREMENTAL ASSIMÉTRICO DA CURVA (Impacto%)
2024	-0,91%	-2,81%	-7,48%	-6,17%	-7,55%

## Nota 8 – Estado e Outros Entes Públicos

Esta rubrica apresenta-se no balanço com valores ativos e passivos, apresentando a seguinte decomposição em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

#### Carteira de Investimento afeta ao Subfundo BD-Secção A

Descrição	31-12-2025	31-12-2024
Imposto retido implícito cotação de FIM's e FII's	15 059 210	15 418 586
Imposto retido resgates Up's Fundo Carteira Alternativa	340 692	340 692
Imposto dividendos ações estrangeiras	91 710	109 184
Imposto Selo CA	140	140
<b>Total Estado e Outros Entes Públicos - Ativo</b>	<b>15 491 751</b>	<b>15 868 601</b>
Estado (Credor)	9 693	8 606
ASF	35 326	23 918
IVA	-	352
<b>Total Estado e Outros Entes Públicos - Passivo</b>	<b>45 019</b>	<b>32 876</b>

A partir do exercício de 2015, o Fundo de Pensões do Banco Santander Totta passou a registar no seu ativo o imposto retido implícito nas cotações dos Fundos de Investimento Mobiliários e Imobiliário, considerando que: (i) os Fundos de Pensões se encontram isentos de imposto ao abrigo do Artigo 16.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais e (ii) que na valorização da carteira de títulos é utilizado o valor de cotação líquido destes ativos.

O valor do imposto retido ascende a 31 de dezembro de 2025 a 15 059 210 euros refletido na rubrica de investimentos - instrumentos de capital e unidades de participação.

No ano de 2025 o Fundo de Pensões passou a liquidar IVA sobre os recebidos de despesas

#### Carteira de Investimento afeta ao Subfundo BD-Secção B

Descrição	31-12-2025	31-12-2024
Imposto dividendos ações estrangeiras	2 580	2 580
<b>Total Estado e Outros Entes Públicos - Ativo</b>	<b>2 580</b>	<b>2 580</b>
ASF	399	1 815
<b>Total Estado e Outros Entes Públicos - Passivo</b>	<b>399</b>	<b>1 815</b>

#### Carteira de Investimento afeta ao Subfundo CD-Secção B

Descrição	31-12-2025	31-12-2024
Imposto dividendos ações estrangeiras	2 104	2 104
<b>Total Estado e Outros Entes Públicos - Ativo</b>	<b>2 104</b>	<b>2 104</b>
IRS Retido	178	5 020
<b>Total Estado e Outros Entes Públicos - Passivo</b>	<b>178</b>	<b>5 020</b>

## Nota 9 – Outras Entidades

Esta rubrica apresenta-se no balanço com valores ativos e passivos, apresentando a seguinte decomposição em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

### Carteira de Investimento afeta ao Subfundo BD-Secção A

Descrição	31-12-2025	31-12-2024
Rendas a Regularizar	26	-
Despesas com Imóveis	1 554	450
Margem Inicial	745 628	1 292 701
Outros Pendentes	26 664	26 664
<b>Total Outras Entidades - Ativo</b>	<b>773 872</b>	<b>1 319 815</b>
Valores a Pagar Imóveis	5 835	895
Cauções Rendas	13 529	10 344
Pendentes Compras Vendas	0	5 196 440
Com s/Futuros	30 183	16 016
<b>Total Outras Entidades - Passivo</b>	<b>49 548</b>	<b>5 223 695</b>

### Carteira de Investimento afeta ao Subfundo BD-Secção B

Descrição	31-12-2025	31-12-2024
Rendas a Regularizar	-	2 000
Rendas em Contencioso	437	437
Despesas com Imóveis	138	174
Margem Inicial	225 617	95 864
<b>Total Outras Entidades - Ativo</b>	<b>226 193</b>	<b>98 476</b>
Valores a Pagar Imóveis	-	6 711
Cauções Rendas	102 022	99 437
Com, s/Futuros	3 663	767
Opções	19 497	-
Pendente de Compras e Vendas	-	778 281
<b>Total Outras Entidades - Passivo</b>	<b>125 182</b>	<b>885 196</b>

#### Carteira de Investimento afeta ao Subfundo CD-Secção B

Descrição	31-12-2025	31-12-2024
Margem Inicial	16 385	19 980
<b>Total Outras Entidades - Ativo</b>	<b>16 385</b>	<b>19 980</b>
Com. s/Futuros	692	162
Opções	3 886	
Pendente de Compras e Vendas		129 911
<b>Total Outras Entidades - Passivo</b>	<b>4 578</b>	<b>130 073</b>

A rubrica Outras Entidades (valores Ativos) inclui:

- O montante de depósitos associados às contas margem dos contratos de futuros, 745 628 euros Subfundo BD-Secção A, 225 617 euros Subfundo BD-Secção B e 16 385 euros Subfundo CD-Secção B;
- Rendas em contencioso no valor de 437 euros Subfundo BD-Secção B, totalmente provisionadas (ver nota 11 do presente anexo).

A rubrica Outras Entidades (valores Passivos) inclui:

- Caução de Rendas no valor de 13 529 euros Subfundo BD-Secção A e de 102 022 euros Subfundo BD-Secção B;

#### Nota 10 – Acréscimos e Diferimentos (Ativo)

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

#### Carteira de Investimento afeta ao Subfundo BD-Secção A

Descrição	31-12-2025	31-12-2024
Juros a receber		
Títulos Dívida	2 644 797	2 576 956
Depósitos a ordem	25 435	40 109
Outros Acréscimos de Proveitos	23 213	5 038
Acréscimos de Custos c/ Imóveis	4 543	4 872
Acréscimos c/ Produtos Derivados		5 202
<b>TOTAL</b>	<b>2 697 988</b>	<b>2 632 177</b>

**Carteira de Investimento afeta ao Subfundo BD-Secção B**

Descrição	31-12-2025	31-12-2024
Juros a receber		
Títulos Dívida	4 162	9 071
Depósitos à ordem	4 762	51 508
Outros Acréscimos de Proventos	3 131	1 054
Acréscimos c/ Produtos Derivados	1 742	2 243
Valores a Regularizar	-	2 000
<b>TOTAL</b>	<b>13 796</b>	<b>65 877</b>

**Carteira de Investimento afeta ao Subfundo CD-Secção B**

Descrição	31-12-2025	31-12-2024
Juros a receber		
Títulos Dívida	2 787	2 787
Depósitos à ordem	7 925	8 754
Outros Acréscimos e Diferimentos	417	225
Produtos Derivados	3	
Valores a Regularizar	80	80
<b>TOTAL</b>	<b>11 213</b>	<b>11 846</b>

« Os valores apresentados, em 2025, na rubrica Juros a Receber dizem respeito a juros de títulos de dívida de depósitos à ordem referentes a 2025 a receber em 2026.

**Nota 11 – Acréscimos e Diferimentos (Passivo)**

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

**Carteira de Investimento afeta ao Subfundo BD-Secção A**

Descrição	31-12-2025	31-12-2024
Rendas Adiantadas	131 398	105 455
Valores Imóveis Adiantados	1 350	1 350
Auditoria	21 602	10 793
Actuário	20 715	24 000
IMI	45 077	43 972
Outros Decréscimos	2 537	
Produtos Derivados	221	
Operações a Regularizar	19 434	16 992
<b>TOTAL</b>	<b>242 334</b>	<b>202 562</b>

**Carteira de Investimento afeta ao Subfundo BD-Secção B**

Descrição	31-12-2025	31-12-2024
Rendas Adiantadas	70 135	79 249
Auditoria	8 401	4 200
IMI	27 294	30 947
Custos c/Imóveis	3 775	2 632
Valores a Regularizar	1	42 001
Provisões Rendas	437	437
<b>TOTAL</b>	<b>110 043</b>	<b>159 466</b>

**Carteira de Investimento afeta ao Subfundo CD-Secção B**

Descrição	31-12-2024	31-12-2023
Auditoria	801	1 889
<b>TOTAL</b>	<b>801</b>	<b>1 889</b>

- Os valores apresentados em 2025, na rubrica Rendas Adiantadas dizem respeito a rendas emitidas em dezembro de 2025, mas relativas a janeiro de 2026.

- Os valores apresentados na rubrica de Provisões de Rendas, destina-se a fazer face às dívidas das rendas dos imóveis, com difícil recuperabilidade (ver nota 9 do presente anexo).

- Os valores apresentados em 2025, nas restantes rubricas, correspondem a custos do 2025 a liquidar em 2026.

## Nota 12 – Ganhos Líquidos dos Investimentos e Rendimentos Líquidos dos Investimentos

Os quadros seguintes sintetizam, por categoria de investimento, os Rendimentos e Gastos e os Ganhos e Perdas reconhecidos durante o ano 2025.

### Carteira de Investimento afeta ao Subfundo BD-Secção A

Rendimentos líquidos dos investimentos	Ganhos		Rendimentos	31-12-2025	31-12-2024
	Mais Valia				
	Potencial	Realizada			
Títulos de dívida	1 785 203	1 060 635	6 121 537	8 967 375	13 498 320
Ações	-	-	-	-	-
Unidades de participação	39 073 159	2 550 610	9 388 270	51 912 038	57 188 067
Papel Comercial	-	-	-	-	-
Depósitos	-	-	415 163	415 163	667 071
Produtos Estruturados	-	-	-	-	380 000
Derivados	-	27 850 650	-	27 850 650	38 142 855
Imóveis	450 716	-	1 359 003	1 809 710	1 356 469
<b>TOTAL</b>	<b>42 209 077</b>	<b>31 461 896</b>	<b>17 283 973</b>	<b>90 954 946</b>	<b>111 252 782</b>

Gastos e Perdas	Perdas		Gastos	31-12-2025	31-12-2024
	Menos Valia				
	Potencial	Realizada			
Títulos de dívida	3 183 515	619 253	-	3 802 768	3 804 235
Ações	-	-	17 474	17 474	-
Unidades de participação	6 565 942	1 770 498	-	8 336 440	5 974 588
Papel Comercial	-	-	-	-	-
Depósitos	-	-	-	-	-
Produtos Estruturados	776 000	-	-	776 000	-
Derivados	104 101	41 553 171	-	41 657 272	35 826 433
Imóveis	51 551	-	197 886	249 437	163 793
<b>TOTAL</b>	<b>10 681 189</b>	<b>43 942 922</b>	<b>215 360</b>	<b>54 839 481</b>	<b>45 679 074</b>

**Carteira de Investimento afeto ao Subfundo BD-Secção B**

Rendimentos líquidos dos investimentos	Ganhos		Rendimentos	31-12-2025	31-12-2024
	Mais Valia				
	Potencial	Realizada			
Títulos de dívida	16 500	96 076	153 747	266 323	1 221 612
Ações	259 014	-	16 477	275 491	247 019
Unidades de participação	4 570 745	209 574	547 947	5 328 266	6 314 599
Papel Comercial	-	-	-	-	-
Depósitos	-	-	26 185	26 185	92 291
Produtos Estruturados	-	-	-	-	-
Instrum. Finan. Derivados	-	3 080 183	-	3 080 183	1 592 284
Imóveis	417 057	14 920	551 091	1 382 068	886 597
<b>TOTAL</b>	<b>5 263 316</b>	<b>3 400 753</b>	<b>1 695 447</b>	<b>10 359 516</b>	<b>10 754 402</b>

Gastos e Perdas	Perdas		Gastos	31-12-2025	31-12-2024
	Menos Valia				
	Potencial	Realizada			
Títulos de dívida	16 557	95 548	-	112 105	341 162
Ações	-	-	-	-	-
Unidades de participação	118 876	228 358	-	347 234	46 859
Papel Comercial	-	-	-	-	-
Depósitos	-	-	-	-	-
Produtos Estruturados	-	-	-	-	-
Instrum. Finan. Derivados	13 959	3 996 669	-	4 010 628	1 718 006
Imóveis	39 000	124 700	157 074	520 774	320 326
<b>TOTAL</b>	<b>188 392</b>	<b>4 445 273</b>	<b>157 074</b>	<b>4 790 741</b>	<b>2 426 474</b>

### Carteira de Investimento afeta ao Subfundo CD-Secção B

Rendimentos líquidos dos investimentos	Ganhos		Rendimentos	31-12-2025	31-12-2024
	Mais Valia				
	Potencial	Realizada			
Títulos de dívida	13 750	125	34 384	48 259	539 443
Ações	-	-	16 633	16 633	15 153
Unidades de participação	1 010 929	38 120	60 817	1 129 866	1 325 720
Papel Comercial	-	-	-	-	-
Depósitos	-	-	17 090	17 090	29 382
Produtos Estruturados	-	-	-	-	-
Instrument. Finan. Derivados	-	433 503	-	433 503	462 840
Imóveis	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>1 024 679</b>	<b>471 748</b>	<b>148 923</b>	<b>1 645 350</b>	<b>2 422 537</b>

Gastos e Perdas	Perdas		Gastos	31-12-2025	31-12-2024
	Menos Valia				
	Potencial	Realizada			
Títulos de dívida	2 430	2 624	-	5 054	453 366
Ações	-	-	-	-	-
Unidades de participação	170 923	40 760	-	211 683	214 594
Papel Comercial	-	-	-	-	-
Depósitos	-	-	-	-	-
Produtos Estruturados	-	-	-	-	-
Instrument. Finan. Derivados	2 782	606 711	-	609 493	396 318
Imóveis	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>176 136</b>	<b>650 095</b>	<b>-</b>	<b>826 231</b>	<b>1 124 279</b>

### Nota 13 – Contribuições

Durante o ano de 2025 e 2024 foram efetuadas contribuições para o Fundo de Pensões, tal como discriminado abaixo:

#### Carteira de Investimento afeta ao Subfundo BD-Secção A:

Descrição	31-12-2025	31-12-2024
Contribuições dos Participantes	2 347 586	2 354 966
Contribuição do Associado	45 800 000	22 000 000
Transferência p/Subfundo BD-Secção B	-	(10 000 000)
<b>TOTAL</b>	<b>48 147 586</b>	<b>14 354 966</b>

#### Carteira de Investimento afeta ao Subfundo BD-Secção B:

Descrição	31-12-2025	31-12-2024
Contribuições dos Participantes	87 187	90 153
Contribuições dos Associados	787 000	3 734 000
Transferência do Subfundo BD-Secção A	-	10 000 000
<b>TOTAL</b>	<b>874 187</b>	<b>13 824 153</b>

**Carteira de Investimento afeta ao Subfundo CD-Secção B**

Descrição	31-12-2025	31-12-2024
Contribuições dos Participantes	271 040	270 338
Contribuições dos Associados	788 941	785 365
Contribuição dos Beneficiários	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>1 059 981</b>	<b>1 055 704</b>

**Nota 14 – Pensões, Capitais, e Prémios Únicos Vencidos**

Durante o ano de 2025 e 2024 foram pagos benefícios, tal como discriminado abaixo:

**Carteira de Investimento afeta ao Subfundo BD-Secção A**

Descrição	31-12-2025	31-12-2024
Pensões Pagas	59 192 879	58 646 773
Pré-reformas Pagas	124 476	86 320
SAMS	8 649 067	8 565 554
Subsídio por Morte	42 137	32 980
Prémios fim de carreira	213 338	241 761
Prém Seg. em caso Morte	1 266 631	1 157 498
<b>TOTAL</b>	<b>69 488 527</b>	<b>68 730 886</b>

**Carteira de Investimento afeta ao Subfundo BD-Secção B**

Descrição	31-12-2025	31-12-2024
Pensões Pagas	9 558 632	9 509 631
Prémios fim de carreira	14 640	17 159
Subsídio por Morte	598	2 816
<b>TOTAL</b>	<b>9 573 871</b>	<b>9 529 606</b>

**Carteira de Investimento afeta ao Subfundo CD-Secção B**

Descrição	31-12-2025	31-12-2024
Pensões Pagas	65 285	43 869
Remissões	65 174	29 599
Capitais	288 682	246 646
Transf P/ Fundos de Pensões	189 112	-
<b>TOTAL</b>	<b>608 254</b>	<b>320 114</b>

## Nota 15 – Outras Despesas

Os quadros seguintes sintetizam o total das comissões e outras despesas, pagas durante o exercício de 2025 e 2024, bem como o método de cálculo definido no atual contrato de gestão entre o Fundo e a Santander Pensões.

### Carteira de Investimento afeta ao Subfundo BD-Secção A

Descrição	31-12-2025	31-12-2024	Método de Cálculo
Comissão Gestão	1 795 831	1 782 231	a)
Comissão Research	68 418	68 969	
Outras Comissões	20 722	11 648	
Taxa ASF	23 111	11 693	
Actuário	275 400	241 018	
Comissões s/Transações	24 789	320 740	
Auditoria	21 602	17 476	
Despesas c/Derivados	11 830	11 253	
Despesas Bancárias	885	447	
Juros Devedores		13 959	
Penalties		11 880	
EMIR	15	310	
Impostos	71 860	71 536	
despesas Diversas		31	
<b>TOTAL</b>	<b>2 364 562</b>	<b>2 563 191</b>	

### Carteira de Investimento afeta ao Subfundo BD-Secção B

Descrição	31-12-2025	31-12-2024	Método de Cálculo
Comissão Gestão	242 818	241 935	a)
Comissão Research	9 288	8 971	
Outras Comissões	3 314	1 063	
Taxa ASF	399	1 836	
Comissões s/Transações	4 914	4 543	
Auditoria	8 402	8 346	
Despesas c/Derivados	1 717	1 253	
Despesas Bancárias	878	2 850	
EMIR	8	10	
Impostos	9 784	14 159	
<b>TOTAL</b>	<b>281 521</b>	<b>284 966</b>	

**Carteira de Investimento afeta ao Subfundo CD-Secção B**

Descrição	31-12-2025	31-12-2024	Método de Cálculo
Comissão Gestao	47 579	45 064	b)
Comissão Administrativa	58 587	55 078	
Comissão Research	1 791	1 701	
Outras Comissões	724	281	
Taxa ASF	298	499	
Comissões c/Transações	(1 718)	989	
Auditoria	1 601	1 573	
Despesas c/Derivados	3 351	255	
Despesas Bancárias	1 171	2 569	
EMIR	4	11	
Impostos	4 591	4 048	
despesas Diversas	-	790	
<b>TOTAL</b>	<b>117 981</b>	<b>112 857</b>	

A comissão de gestão da Entidade Gestora corresponde:

a) A título de remuneração pelas atividades de gestão financeira do Fundo (independentemente dos subfundos que o compõem), o valor anual de 0,18%, que incide sobre o valor médio da carteira do Fundo no final de cada trimestre e será cobrada pela Entidade Gestora na primeira quinzena seguinte ao final do trimestre a que respeite. Entende-se por valor médio da carteira a média aritmética das valorizações da carteira do Fundo referentes ao último dia de cada mês.

b) Exclusivamente no que respeita ao subfundo CD-Secção B e a título de remuneração pelas atividades/tarefas de gestão administrativa, será ainda devida à Entidade Gestora, uma comissão calculada nos seguintes termos:

b.1) 0,22% calculada sobre o valor da carteira do Fundo no final de cada mês e será cobrada pela Entidade Gestora nos 5 (cinco) dias subsequentes ao final do mês a que respeite;

b.2) 0,25% sobre o valor das transferências e reembolsos efetuados pelo Fundo com um montante máximo de €25,00 (vinte e cinco euros) por operação.

## 6. Certificação Legal das Contas



**CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS**





